

DIREITO CONSTITUCIONAL

Poder Executivo



Livro Eletrônico

Presidente: Gabriel Granjeiro

Vice-Presidente: Rodrigo Calado

Diretor Pedagógico: Erico Teixeira

Diretora de Produção Educacional: Vivian Higashi

Gerente de Produção Digital: Bárbara Guerra

Todo o material desta apostila (incluindo textos e imagens) está protegido por direitos autorais do Gran. Será proibida toda forma de plágio, cópia, reprodução ou qualquer outra forma de uso, não autorizada expressamente, seja ela onerosa ou não, sujeitando-se o transgressor às penalidades previstas civil e criminalmente.

CÓDIGO:

221104269777



LUCIANO DUTRA

Advogado da União desde 2009, com atuação no Supremo Tribunal Federal. Autor de livros. Professor de Direito Constitucional com ampla experiência em cursos preparatórios para concursos públicos e Exames de Ordem presenciais e on-line. Aprovado em diversos concursos públicos. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora e pós-graduado em Direito Público. Graduado e pós-graduado em Ciências Militares.

GRAN
CONCURSOS

SUMÁRIO

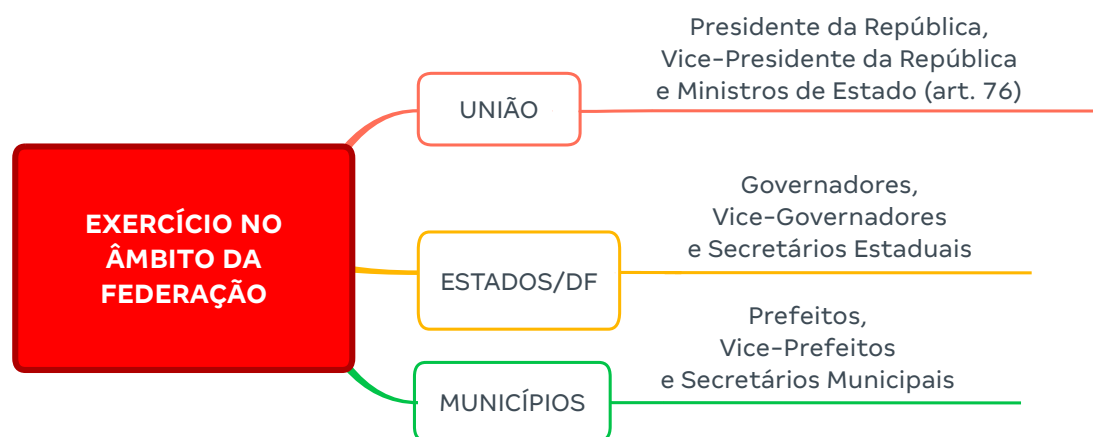
Poder Executivo	4
1. Considerações Iniciais	4
2. Atribuições do Presidente da República	9
3. Imunidades do Presidente da República	16
4. Responsabilidades do Presidente da República	18
5. Ministros de Estado	24
6. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional	25
7. Súmulas e Jurisprudência Aplicáveis	28
Resumo	31
Questões de Concurso	35
Gabarito	53
Gabarito Comentado	54

PODER EXECUTIVO

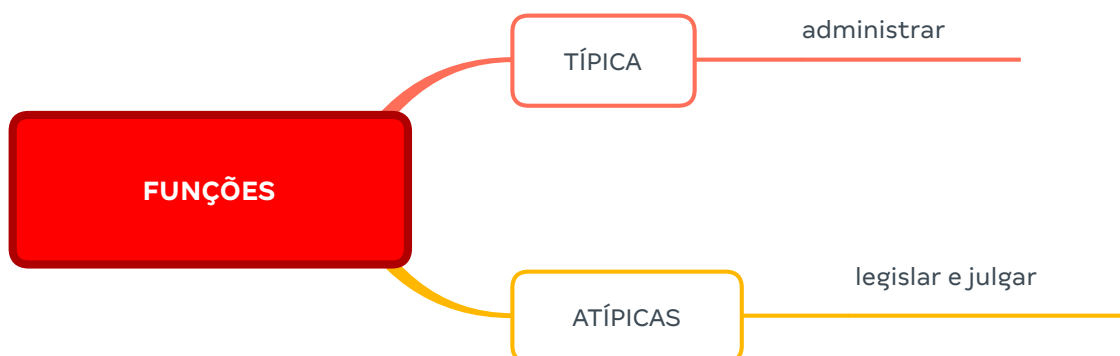
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Olá, meu(minha) aluno(a), tudo bem? Espero que este texto o encontre feliz e saudável. Vamos estudar agora um tema importantíssimo: o Poder Executivo.

Começemos lembrando como se dá o **exercício do Poder Executivo no âmbito da nossa federação** brasileira. Na **União**, o Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado por seu Vice-Presidente da República e seus Ministros de Estado (art. 76). Já nos **Estados-membros e no Distrito Federal**, exercem o Poder Executivo os Governadores, auxiliados pelos Vice-Governadores e seus Secretários Estaduais. Nos **Municípios**, o exercício do Poder Executivo é realizado pelos Prefeitos, auxiliados pelos Vice-Prefeitos e seus Secretários Municipais.



Agora vamos rememorar as funções típicas e atípicas do Poder Executivo. Como função **típica**, compete ao Poder Executivo **administrar** a coisa pública, realizando políticas públicas. **Atipicamente, legisla**, editando medidas provisórias, leis delegadas e decretos autônomos e **julga** processos administrativos, como os processos administrativos disciplinares, em que a autoridade competente decidirá qual pena administrativa será aplicada.



DE OLHO NA DIVERGÊNCIA

Quando tratamos dos Princípios Fundamentais, já falei dessa divergência, mas não nos custa relembrar. Tem uma corrente **minoritária** que defende a **impossibilidade** de o Poder Executivo julgar, amparada na falta de definitividade do julgamento administrativo. Entretanto, a corrente **majoritária** afirma que **o Poder Executivo exerce, sim, a função atípica de julgar**. OK? Dito isso, vamos tratar das eleições para Presidente e Vice-Presidente da República.

De acordo com o art. 77, a **eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República** realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.

A eleição do Presidente da República importará a do Vice-Presidente com ele registrado, porque adotamos a sistemática de chapa única.

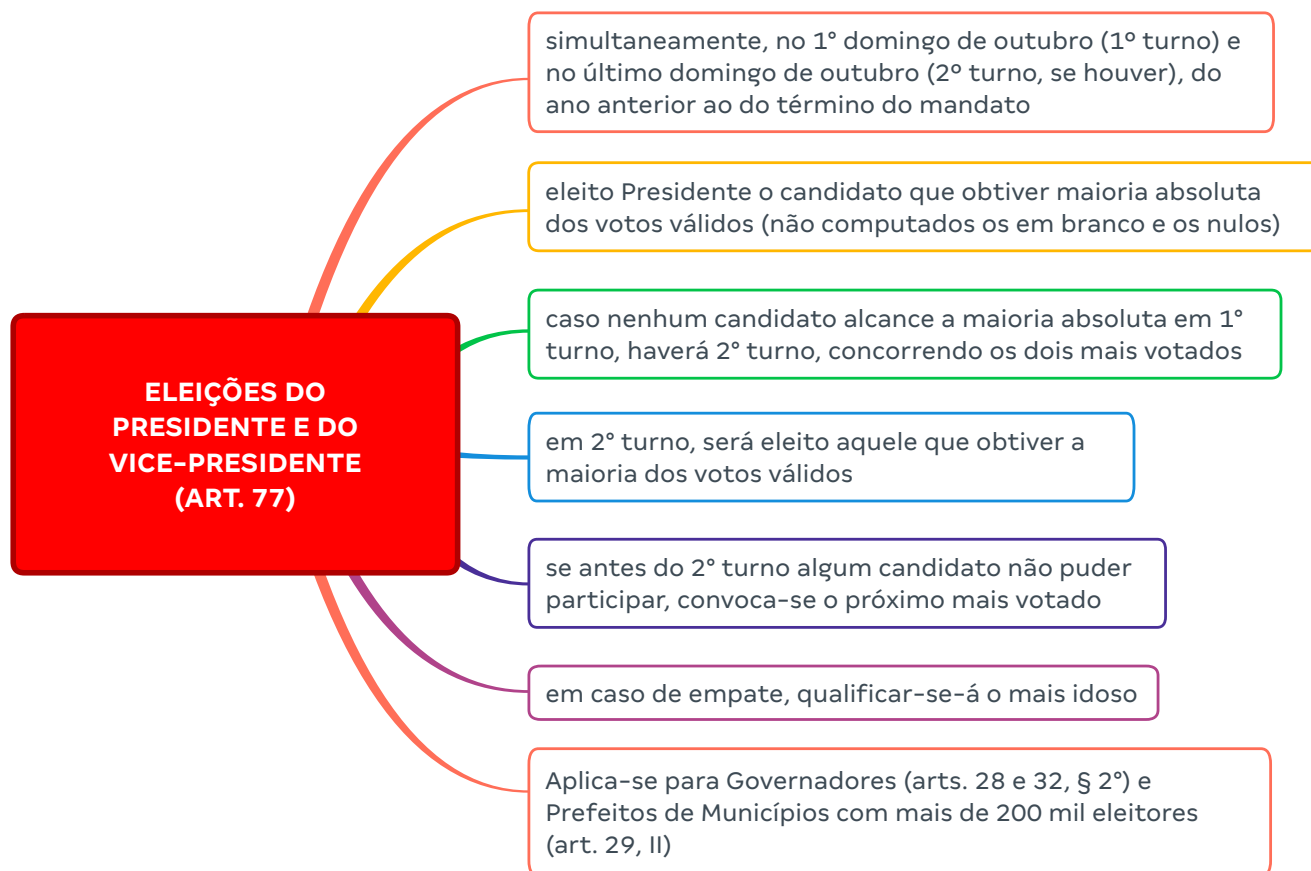
Será considerado eleito Presidente da República o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos, ou seja, maioria absoluta dos votos válidos.

Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até vinte dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.

Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

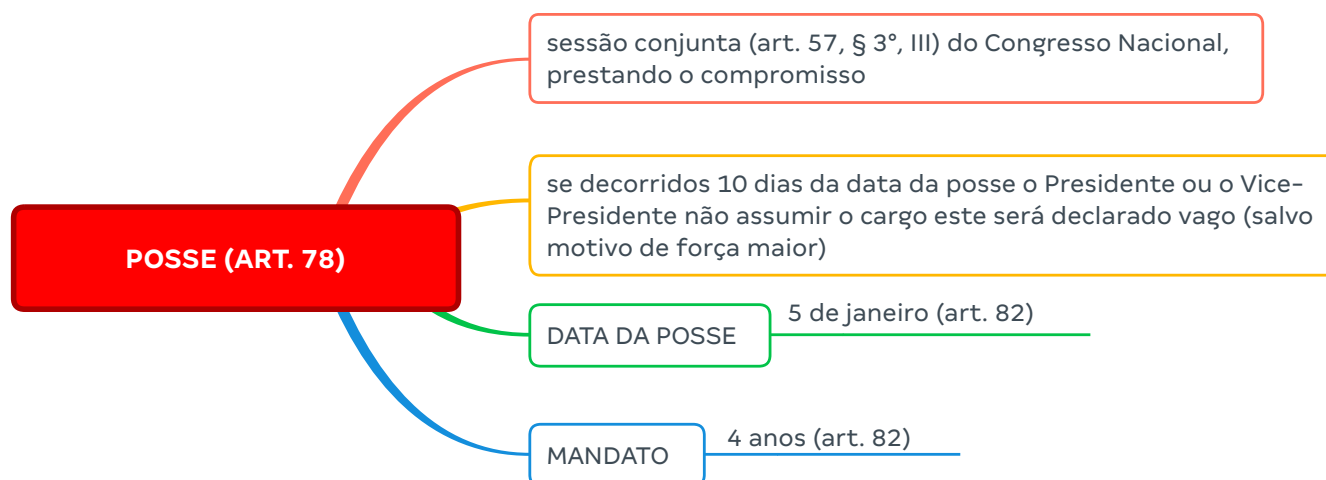
E se remanescer, em segundo lugar, mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o mais idoso. Em verdade, a Constituição Federal está adotando para critérios de desempate o caráter etário, isto é, em qualquer caso de empate terá preferência o mais idoso.

Estas regras acima aplicam-se também aos **Governadores e Vice-Governadores** (arts. 28 e 32, § 2º) e, ainda, aos **Prefeitos e Vice-Prefeitos de Municípios com mais de 200 mil eleitores** (art. 29, II). Agora, se o Município possui menos de 200 mil eleitores, a eleição para Prefeito e Vice-Prefeito será em turno único.



Após as eleições, teremos a posse. O Presidente da República e o seu Vice-Presidente tomam **posse** em sessão conjunta do Congresso Nacional (art. 57, § 3º, III), comprometendo-se a manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil (art. 78). Essa **posse** ocorrerá no dia **5 de janeiro** do ano seguinte ao das eleições para um mandato de 4 anos (art. 82, com redação dada pela EC n. 111, de 2021). No dia 6 de janeiro tomam posse os Governadores e Vice-Governadores (art. 28) e no dia 1º de janeiro os Prefeitos e Vice-Prefeitos (art. 29, III).

Se, decorridos **10 dias** da data fixada para a posse (5 de janeiro do ano seguinte ao da eleição), o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado **vago** (art. 78, parágrafo único).



Cuidado com o que eu vou dizer agora! Quem substitui e sucede o Presidente da República em caso de afastamento temporário (impedimento) e afastamento definitivo (vacância)? O **Vice-Presidente da República**. Segundo a Constituição Federal, poderá o Vice-Presidente substituir (no caso de impedimento) ou suceder (no caso de vacância) o Presidente da República (art. 79). Importante dizer que, no caso de afastamento definitivo (vacância) do Presidente da República, o Vice-Presidente sucede e **cumprirá o remanescente do mandato**.

O **impedimento** é o afastamento temporário do Presidente da República (exemplo: licença para tratamento de saúde). Já a **vacância** é o afastamento definitivo do exercício do cargo (exemplo: condenação por crime de responsabilidade).

Substituição	Sucessão
Afastamento temporário	Afastamento definitivo
Impedimento	Vacância
Ex.: tratamento de saúde	Ex.: condenação por crime de responsabilidade

É importante lembrar que o Vice-Presidente da República, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Presidente, sempre que por ele convocado para missões especiais (art. 79, parágrafo único).

Já em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão **sucessivamente** chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal (art. 80). Deve-se respeitar a exata ordem sucessória apresentada. Se houver a dupla vacância do Presidente da República e do Vice-Presidente, o próximo na linha sucessória assume e convoca eleição. Falaremos desta eleição com mais profundidade um pouco a frente.

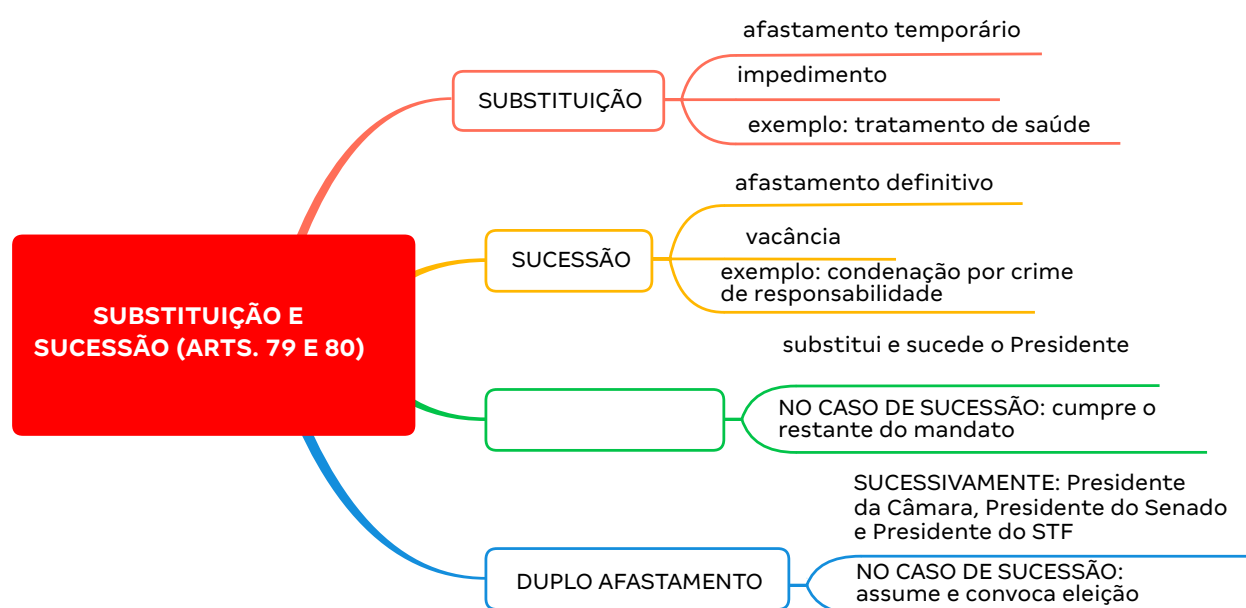
DIRETO DO CONCURSO

001. O substituto e sucessor natural do Presidente da República é o vice-presidente, e, na falta desse, serão sucessivamente chamados para ocupar, temporariamente, a Presidência da República, os presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do STF.



Exatamente!

Certo.



No caso de dupla vacância, estabelece o art. 81 que, se os cargos de Presidente e Vice-Presidente forem declarados vagos nos **2 primeiros anos de governo**, assume o Presidente da Câmara dos Deputados (ou o próximo na linha sucessória), que convocará eleições DIRETAS em **90 dias**.

Entretanto, se os cargos forem declarados vagos nos **2 últimos anos do mandato presidencial**, assume o Presidente da Câmara dos Deputados (ou o próximo na linha sucessória), que convoca eleições INDIRETAS em **30 dias** (única hipótese de eleição indireta no Brasil).

Os sucessores do Presidente e do Vice-Presidente apenas completam o mandato dos antecessores, aquilo que a doutrina denomina de “mandato tampão” (art. 81, § 2º). Lembrando que o mandato é de quatro anos (art. 82).



O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo (art. 83).



Dito isso, vejamos as atribuições do Presidente da República.

2. ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Com relação ao art. 84, que trata das competências privativas do Presidente da República, o nosso papel é memorizar esse rol exemplificativo. Para facilitar nossa vida, vou transcrever a Constituição Federal, intercalando questões para a leitura não ficar tão entediante. Vamos lá!

Segundo o art. 84, **competete privativamente ao Presidente da República:**

- I – nomear e exonerar os Ministros de Estado;
- II – exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;
- III – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;
- IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

Esse inciso IV trata do chamado **decreto regulamentar**, que possui natureza de ato normativo secundário, pois se fundamenta diretamente na lei regulamentada e apenas de maneira indireta na Constituição Federal.

- V – vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- VI – dispor, mediante decreto sobre;

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

b) extinção de funções ou cargos públicos, **quando vagos**;

Esse decreto citado no inciso VI é chamado de **decreto autônomo**, uma vez que busca seu fundamento de validade direto da Constituição Federal.

DIRETO DO CONCURSO

002. Segundo a Constituição Federal, o Presidente da República pode, por meio de decreto, promover todos os atos necessários à organização e ao funcionamento da administração federal, salvo quando o ato implicar aumento de despesa ou criação ou extinção de órgãos públicos.



De acordo com o art. 84, VI, a, compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da Administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

Certo.

003. O Presidente da República tem competência para, por meio de decreto, extinguir cargos públicos que eventualmente estejam sendo ocupados por servidores não estáveis.



De acordo com o art. 84, VI, a, compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre extinção de funções ou cargos públicos, **quando vagos**.

Errado.

004. O Presidente da República pode dispor sobre a organização da administração pública por decreto autônomo, dispensado o exame pelo Congresso Nacional, quando não ocorrer aumento de despesa ou criação ou extinção de órgão público.



De acordo com o art. 84, VI, compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a organização e funcionamento da Administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos e, também, sobre a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.

Certo.

005. Mediante medida provisória, o presidente da República poderá dispor sobre a organização e o funcionamento da administração pública federal, desde que a proposta não implique aumento de despesa nem a criação ou extinção de órgãos públicos.



Na verdade, é mediante decreto autônomo e não medida provisória.

Errado.

006. Quando um cargo público federal estiver vago, o presidente da República poderá extingui-lo por decreto, sem a necessidade de lei.



Art. 84, VI.

Certo.

VII – manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

IX – decretar o estado de defesa e o estado de sítio;

X – decretar e executar a intervenção federal;

XI – remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;

XII – conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;

DIRETO DO CONCURSO

007. Compete privativamente ao Presidente da República conceder indulto e comutar penas, ouvidos, se necessário, os órgãos instituídos em lei.



Art. 84, XII.

Certo.

XIII – exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos;

XIV – nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei;

XV – nomear, observado o disposto no art. 73, os Ministros do Tribunal de Contas da União;

XVI – nomear os magistrados, nos casos previstos nesta Constituição, e o Advogado-Geral da União;

XVII – nomear membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII;

XVIII – convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional;

XIX – declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional;

XX – celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional;

XXI – conferir condecorações e distinções honoríficas;

XXII – permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

XXIII – enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Constituição;

XXIV – prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

XXV – prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei;

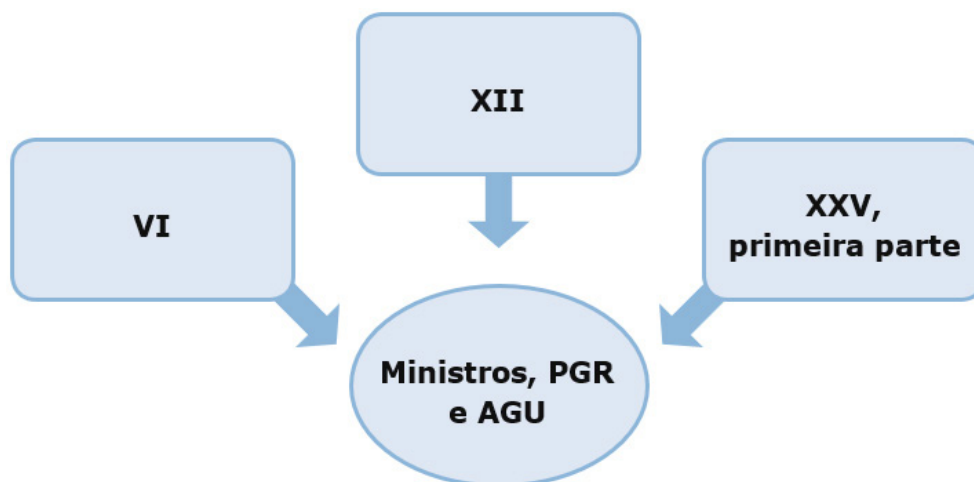
XXVI – editar medidas provisórias com força de lei, nos termos do art. 62;

XXVII – exercer outras atribuições previstas nesta Constituição.

Parágrafo único. O Presidente da República **poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União**, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

Ler com atenção todos os incisos do art. 84 é muito importante para a prova.

Tenha especial cuidado com relação aos incisos delegáveis citados no parágrafo único deste art. 84. Estes incisos VI, XII e XXV, primeira parte, podem ser delegados para os Ministros de Estado, para o Procurador-Geral da República e para o Advogado-Geral da União.



DICAS DO LD

1) quando o parágrafo único do art. 84 menciona o inciso XXV, primeira parte, entende-se que é delegável a competência para **prover** os cargos públicos federais.

2) o Brasil adota o sistema presidencialista de governo. Assim, o Presidente da República exerce, a um só tempo, a função de **chefe de governo** (como se percebe dos incisos I, III, IV, V, IX, X, XI e XIII, do art. 84) e de **chefe de Estado** (à luz dos incisos VII, VIII, XIX, XX e XXII, do mesmo art. 84).

DIRETO DO CONCURSO

008. A competência do Presidente da República para conceder indulto pode ser delegada a alguns ministros de Estado.



Art. 84, XII, c/c art. 84, parágrafo único.

Certo.

009. De acordo com a CF, o Presidente da República pode, em caráter excepcional, delegar aos ministros de Estado sua competência para editar medidas provisórias.



Somente são delegáveis os incisos VI, XII e XXV, primeira parte.

Errado.

010. A Constituição admite a delegação de competência do Presidente da República para conceder indulto e comutar penas.



Art. 84, XII, c/c art. 84, parágrafo único.

Certo.

011. A CF admite a possibilidade de o advogado-geral da União conceder indulto e comutar penas, com audiência dos órgãos instituídos em lei, se necessário.



Art. 84, XII, c/c art. 84, parágrafo único.

Certo.

012. Compete ao Presidente da República, em caráter privativo, prover os cargos públicos federais, na forma da lei, podendo essa atribuição ser delegada aos ministros de Estado, ao procurador-geral da República ou ao advogado-geral da União, os quais deverão observar os limites traçados nas respectivas delegações.



Art. 84, XXV, primeira parte, c/c art. 84, parágrafo único.

Certo.

013. A Constituição Federal atribui amplo rol de competências privativas ao Presidente da República, podendo algumas delas ser delegadas aos ministros de Estado.



Art. 84 e seu parágrafo único.

Certo.

014. A CF autoriza o Presidente da República a delegar ao Advogado-Geral da União o envio de mensagem e de plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa.



Somente são delegáveis os incisos VI, XII e XXV, primeira parte.

Errado.

015. A concessão de indulto e a comutação de penas competem privativamente ao Presidente da República, não podendo ser delegadas.



Art. 84, XII, c/c art. 84, parágrafo único.

Errado.

016. O Presidente da República poderá delegar ao Vice-Presidente a atribuição de vetar projetos de lei.



Somente são delegáveis os incisos VI, XII e XXV, primeira parte, e, mesmo assim, para os Ministros de Estado, para o Procurador-Geral da República e para o Advogado-Geral da União.

Errado.

017. Os ministros de Estado poderão prover os cargos públicos de sua pasta, desde que o Presidente da República delegue a competência para tanto.



Art. 84, XXV, primeira parte, c/c art. 84, parágrafo único.

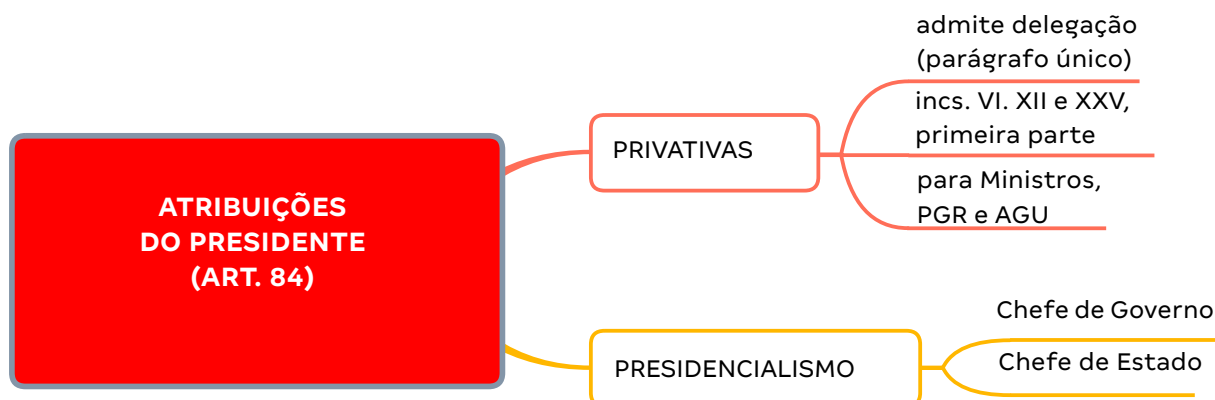
Certo.

018. A concessão de indulto é competência indelegável do presidente da República.



É uma competência delegável.

Errado.



Dito isso, vamos para outro tema de suma importância no estudo do Poder Executivo: as imunidades do Presidente da República.

3. IMUNIDADES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

De início, importante fixar que o Presidente da República **não possui imunidade material**, apenas imunidades formais.

De acordo com o art. 86, § 3º, o Presidente **não poderá ser preso durante o mandato, salvo** em razão de uma **sentença penal condenatória com trânsito em julgado**, isto é, **nenhum tipo de prisão cautelar é aplicável ao Presidente da República**. Mesmo que o Presidente seja flagrado cometendo um crime ligado às funções presidenciais, não poderá receber ordem de prisão em flagrante delito.

DIRETO DO CONCURSO

019. Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito à prisão.



Art. 86, § 3º.

Certo.

020. Caso cometa infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito a prisão enquanto não sobrevier sentença condenatória.



Art. 86, § 3º.

Certo.

Além disso, o Presidente, **durante o mandato, não poderá ser processado criminalmente por atos estranhos ao exercício da função**, vale dizer, só poderá ser processado pela prática de crimes cometidos em razão do exercício da função presidencial (art. 86, § 4º). Caso cometa um crime que não tenha relação com a atividade presidencial, não poderá ser responsabilizado na vigência do seu mandato, ocasião em que haverá a suspensão do prazo prescricional do crime cometido.

DIRETO DO CONCURSO

021. O fato de que o Presidente da República, na vigência de seu mandato, não possa ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções revela hipótese de imunidade material.



Imunidade formal.

Errado.

022. As infrações penais praticadas pelo Presidente da República durante a vigência do mandato, sem qualquer relação com a função presidencial, serão objeto de imediato processo penal.



As infrações penais praticadas pelo Presidente da República durante a vigência do mandato sem relação alguma com a função presidencial não serão objeto de imediato processo penal, somente após o término do mandato.

Errado.

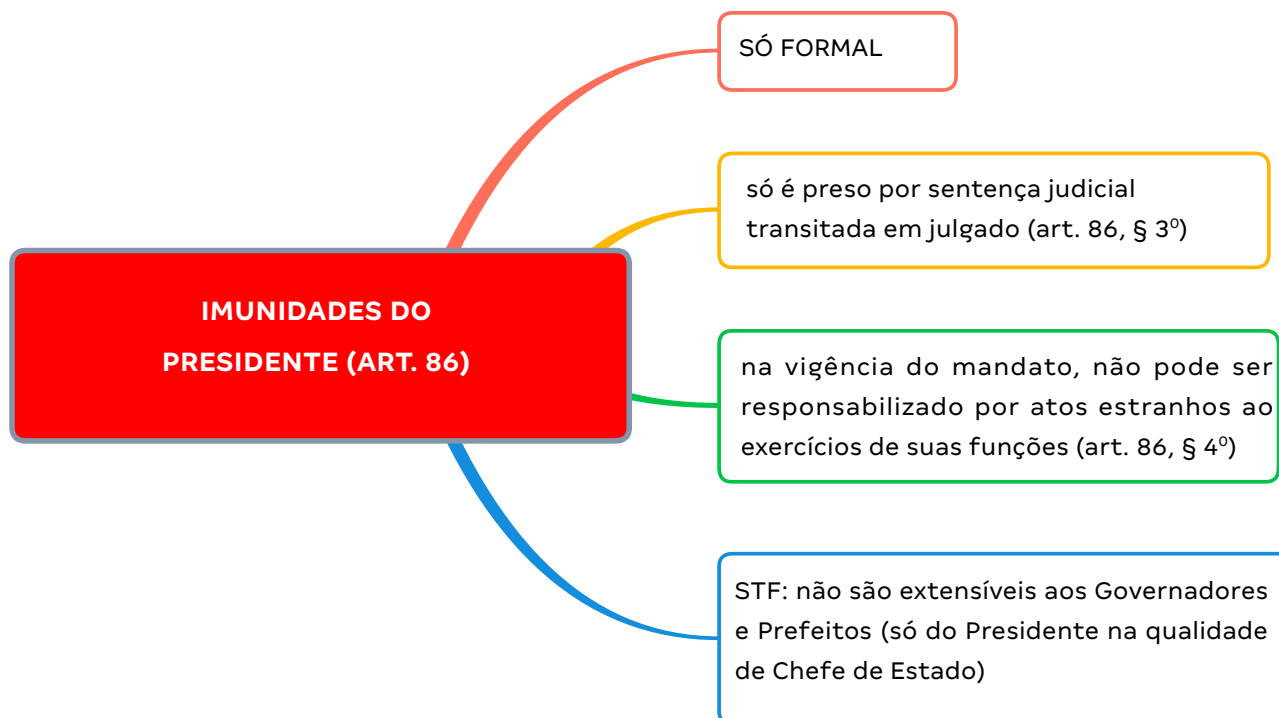
023. O Poder Executivo, além de administrar a coisa pública, também legisla e julga, e o seu chefe, eleito pelo povo, possui várias prerrogativas e garantias que lhe são outorgadas para o exercício, de forma independente e imparcial, da chefia da nação.



Como vimos, o Presidente da República possui algumas imunidades processuais (ou formais).

Certo.

É importante salientar que, segundo entendimento do STF, essas imunidades formais não são extensíveis aos Governadores e Prefeitos, uma vez que são **exclusivas do Presidente da República**, por se ligarem à condição de Chefe de Estado.



Vamos tratar agora das responsabilidades do Presidente da República. Venha comigo!

4. RESPONSABILIDADES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

O Presidente da República poderá ser responsabilizado pela prática de crime de responsabilidade ou pelo cometimento de uma infração penal comum. Mas o que é crime de responsabilidade? O que é crime comum? Vamos às respostas.

Os **crimes de responsabilidade** são infrações político-administrativas previstas no art. 85 e na Lei n. 1.079, de 1950. Segundo o mencionado art. 85, são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

- I - a existência da União;
- II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;
- III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
- IV - a segurança interna do País;
- V - a probidade na administração;
- VI - a lei orçamentária;
- VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Esse rol é meramente **exemplificativo**, uma vez que o parágrafo único deste art. 85 dispõe que “esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de

processo e julgamento". A lei especial citada é a Lei n. 1.079, de 1950, que, apesar de antiga, foi recepcionada e continua válida, de acordo com o entendimento do STF.

Já as **infrações penais comuns** são os crimes tipificados no Código Penal ou nas leis penais extravagantes.

De acordo com o art. 86, *caput*, o Presidente da República será processado e julgado por **crimes de responsabilidade perante o Senado Federal** e, nas **infrações penais comuns, perante o STF**, após **admitida a acusação por dois terços da Câmara dos Deputados**.

Essa autorização prévia realizada pela Câmara dos Deputados é chamada de juízo de admissibilidade.

DIREITO DO CONCURSO



024. Compete à Câmara dos Deputados autorizar a instauração de processo contra o presidente da República, e ao Senado Federal compete o seu processamento e julgamento, nos casos de crimes de responsabilidade.



Art. 86, *caput*.

Certo.

É importante dizer que o art. 52, parágrafo único, determina que, nos casos de **julgamento do Presidente da República pelo Senado Federal por crime de responsabilidade**, funcionará como **Presidente o do Supremo Tribunal Federal**, limitando-se à **condenação**, que somente será proferida por **dois terços** dos votos do Senado Federal, à **perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública**, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

DE OLHO NA DOUTRINA

Conforme leciona Alexandre de Moraes, "a inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, compreende todas as funções públicas, sejam derivadas de concursos públicos, sejam as de confiança, ou mesmo os mandatos eletivos. Desta forma, o Presidente da República condenado por crime de responsabilidade, além de perder o mandato, não poderá candidatar-se ou exercer nenhum outro cargo político eletivo nos oito anos seguintes". (MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 33. ed. rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2017. Página 513)

DIRETO DO CONCURSO

025. Admitida a acusação, por dois quintos da Câmara dos Deputados, o Presidente da República será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.



Admitida a acusação, por **2/3** da Câmara dos Deputados, o Presidente da República será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

Errado.

026. Os atos do Presidente da República que atentem contra a probidade da administração serão considerados crimes de responsabilidade, definidos em lei especial, e serão julgados pelo Senado Federal, após admitida a acusação por dois terços da Câmara dos Deputados.



Exatamente isso!!!

Certo.

027. Compete privativamente ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República.



Compete privativamente à **Câmara dos Deputados** autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente da República.

Errado.

028. O Presidente da República só pode ser submetido a julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF), nas infrações penais comuns, ou pelo Senado Federal, nos crimes de responsabilidade, depois de admitida a acusação por dois terços dos membros da Câmara dos Deputados.



De acordo com o art. 86, *caput*.

Certo.

029. Os crimes de responsabilidade relativos ao Presidente da República devem ser processados e julgados no Senado Federal, após autorização de pelo menos 2/3 da Câmara dos Deputados.



À luz do art. 86, *caput*.

Certo.

030. As infrações penais comuns praticadas pelo Presidente da República deverão ser julgadas pelo STF, depois de a acusação ser admitida por dois terços da Câmara dos Deputados.



Art. 86, *caput*.

Certo.

031. Se o Presidente da República atentar contra decisões judiciais poderá ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal, exigida a prévia autorização de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados.



Se o Presidente da República atentar contra decisões judiciais (crime de responsabilidade), poderá ser julgado pelo Senado Federal, exigida a prévia autorização de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados.

Errado.

Segundo o art. 86, § 1º, I e II, o Presidente ficará **suspenso** por **180 dias** de suas funções:

a) nos crimes de responsabilidade: após a instauração do processo pelo Senado Federal;

b) nas infrações penais comuns: após o recebimento da denúncia ou da queixa-crime pelo STF.

Destaque-se que o STF entende que a autorização dada pela Câmara dos Deputados por 2/3 dos seus membros **não vincula o Senado Federal**, que terá a liberdade para decidir se instaura ou não o processo por crime de responsabilidade.

DIRETO DO CONCURSO



032. O presidente da República ficará suspenso de suas funções nos crimes de responsabilidade, após instauração do processo pelo Senado Federal.



Art. 86, § 1º, II.

Certo.

033. O Presidente da República ficará suspenso de suas funções, nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Superior Tribunal de Justiça.



O Presidente da República ficará suspenso de suas funções, nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo **Supremo Tribunal Federal**.

Errado.

034. Nos casos de infrações penais comuns, se, decorrido o prazo de cento e vinte dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.



Nos casos de infrações penais comuns, se, decorrido o prazo de **cento e oitenta dias**, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

Errado.

035. Nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República ficará suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo Senado Federal.



De acordo com o art. 86, § 1º, II.

Certo.

036. O presidente da República ficará suspenso de suas funções nos crimes de responsabilidade, após instauração do processo pelo Senado Federal.



Art. 86, § 1º, II.

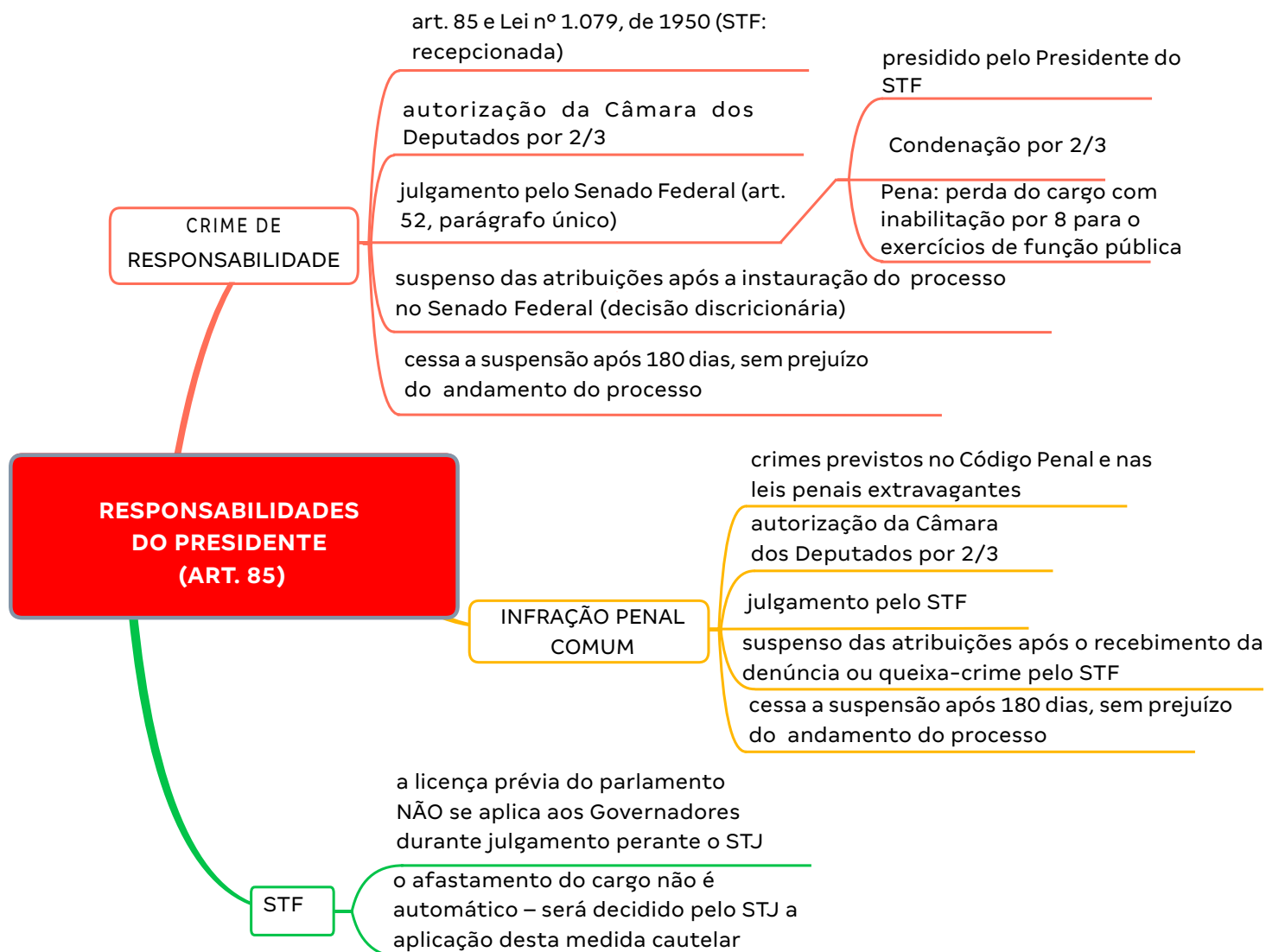
Certo.

Se, decorrido o prazo de 180 dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo (art. 86, § 2º).

Importante dizer que o **Governador de Estado e do Distrito Federal submete-se à chamada tripla imputação**. Responderá **criminalmente** perante o **STJ**, à luz do art. 105, I, a. Ademais, poderá ser responsabilizado politicamente por **crime de responsabilidade** (*impeachment*), desde que ainda titular do mandato, conforme o art. 78, § 3º, da Lei n. 1.079, de 1950. Nesse caso, o julgamento será proferido por um **tribunal especial** composto de cinco membros do Poder Legislativo local e de cinco Desembargadores, sob a presidência do Presidente do Tribunal de Justiça local, que terá direito de voto no caso de empate. Os Deputados serão escolhidos mediante eleição pela respectiva Casa Legislativa (Assembleia Legislativa do Estado ou Câmara Legislativa do Distrito Federal), e os Desembargadores serão definidos mediante sorteio. Por fim, poderá responder civilmente por **improbidade administrativa** (Lei n. 8.429, de 1992), cuja competência recairá no **juízo de primeiro grau**.

DE OLHO NA JURISPRUDÊNCIA

O STF fixou que a licença prévia a ser dada pela Câmara dos Deputados para processar e julgar o Presidente da República **não se aplica no âmbito dos Estados-membros e no Distrito Federal**. Vale dizer, não há necessidade de prévia autorização da Assembleia Legislativa estadual (ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal) para o recebimento de denúncia ou queixa e instauração de ação penal contra o Governador perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), por crime comum, cabendo, ademais, ao STJ, no ato de recebimento ou no curso do processo, dispor, fundamentadamente, sobre a aplicação de medidas cautelares penais, inclusive o afastamento do cargo do Governador.



OK? Compreendeu? Vejamos, então, o que a Constituição Federal trata acerca dos Ministros de Estado.

5. MINISTROS DE ESTADO

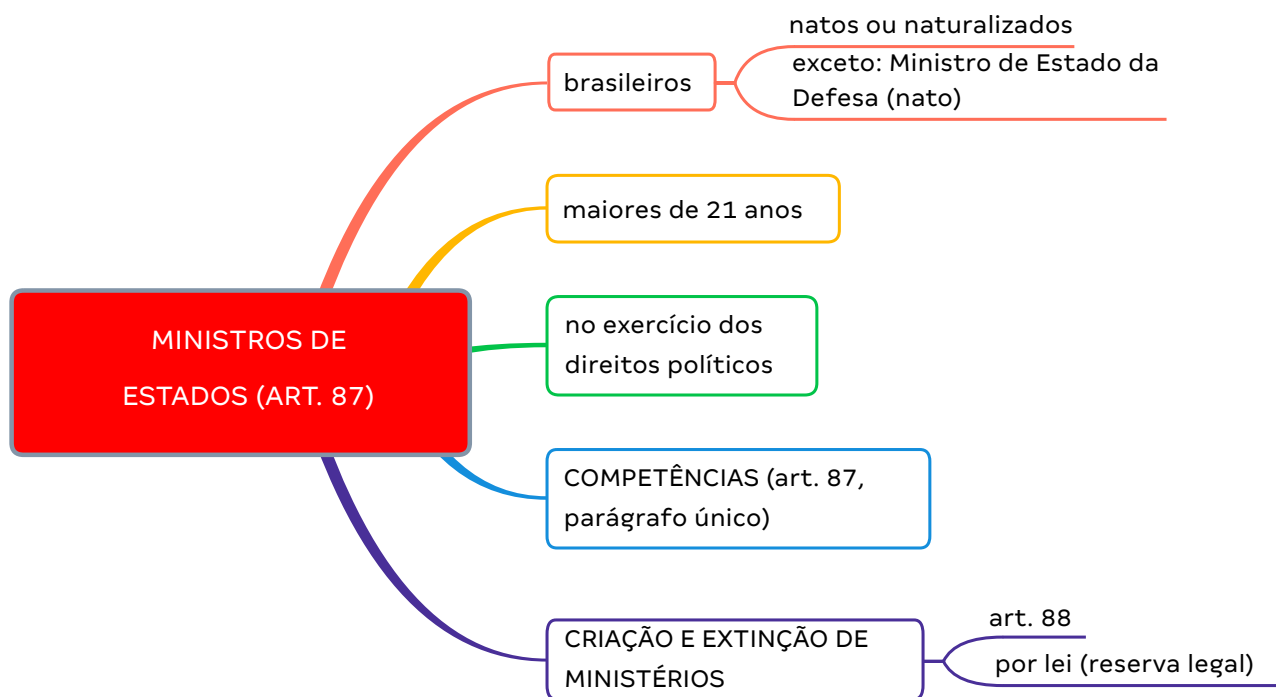
Os **Ministros de Estado** serão escolhidos dentre brasileiros (natos ou naturalizados, com exceção do Ministro de Estado da Defesa que obrigatoriamente será brasileiro nato) maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos (art. 87, *caput*).

Compete ao Ministro de Estado, além de outras atribuições estabelecidas na Constituição e na lei (art. 87, parágrafo único):

I – exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência e referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República;

II – expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;
III – apresentar ao Presidente da República relatório anual de sua gestão no Ministério;
IV – praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Presidente da República .

Por derradeiro, o art. 88 diz que a **lei** disporá sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública. Ou seja, trata-se de reserva legal.



6. CONSELHO DA REPÚBLICA E CONSELHO DE DEFESA NACIONAL

Querido(a) aluno(a), aqui, mais do que nunca, o examinador quer de você o pleno conhecimento da Constituição Federal e apenas isso. Não há aspectos doutrinários ou jurisprudenciais relevantes, basta ler com atenção a Constituição Federal. Para tanto, vou transcrever os artigos pertinentes, coroando com mapas mentais para facilitar a assimilação. Vamos lá!

Segundo o art. 89, o **Conselho da República** é órgão superior de consulta do Presidente da República, e dele participam:

- I – o Vice-Presidente da República;
- II – o Presidente da Câmara dos Deputados;
- III – o Presidente do Senado Federal;
- IV – os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados;
- V – os líderes da maioria e da minoria no Senado Federal;
- VI – o Ministro da Justiça;

VII - seis cidadãos brasileiros **natos**, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução.

A **competência do Conselho da República** nos é dada pelo art. 90, segundo o qual compete ao Conselho da República pronunciar-se sobre:

- I - intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio;
- II - as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.

Ademais, o Presidente da República poderá convocar Ministro de Estado para participar da reunião do Conselho, quando constar da pauta questão relacionada com o respectivo Ministério. E a lei regulará a organização e o funcionamento do Conselho da República.

Já a organização do **Conselho de Defesa Nacional** é regulamentada pelo art. 91, que diz que este Conselho é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, e dele participam como membros natos:

- I - o Vice-Presidente da República;
- II - o Presidente da Câmara dos Deputados;
- III - o Presidente do Senado Federal;
- IV - o Ministro da Justiça;
- V - o Ministro de Estado da Defesa;
- VI - o Ministro das Relações Exteriores;
- VII - o Ministro do Planejamento.
- VIII - os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

De acordo com o art. 91, § 1º, **competete ao Conselho de Defesa Nacional:**

I - opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração da paz, nos termos desta Constituição;

II - opinar sobre a decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal;

III - propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo;

IV - estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático.

E, por fim, a lei regulará a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional.



7. SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA APLICÁVEIS

1) ADI 2.564 (decreto autônomo do Presidente): a ADI questionou decreto presidencial que reorganizava órgãos da Administração Pública Federal. Alegava-se violação ao princípio da reserva legal e usurpação de competência do Legislativo. Questão jurídica: o Presidente pode, por decreto, reorganizar a Administração Pública Federal sem lei específica? Ou isso viola a reserva legal prevista no art. 84 da CF? O STF julgou improcedente a ADI. Reconheceu que o decreto presidencial é constitucional. O art. 84, VI, da CF, autoriza o Presidente da República, por decreto, a dispor sobre organização e funcionamento da Administração Federal, desde que a medida não implique criação/extinção de órgãos nem aumento de despesa.

[ADI 2.564, rel. min. Ellen Gracie, j. 8-10-2003, P, DJ de 6-2-2004.]

2) Súmula 627, do STF: No mandado de segurança contra a nomeação de magistrado da competência do presidente da República, este é considerado autoridade coatora, ainda que o fundamento da impetração seja nulidade ocorrida em fase anterior ao procedimento.

3) Súmula Vinculante 46: A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União.

4) ADPF 402 (réus na linha sucessória presidencial – impedimento para substituir o Presidente): a ADPF discutia se os substitutos eventuais do Presidente da República (presidente da Câmara, presidente do Senado e presidente do STF) poderiam assumir a Presidência interinamente caso fossem réus criminais. O STF decidiu que réus criminais não podem exercer, em caráter interino, a Presidência da República. Porém, isso não autoriza o afastamento dessas autoridades dos cargos que ocupam na chefia de seus respectivos Poderes (Câmara, Senado e STF). De acordo com o Supremo, substitutos eventuais do Presidente da República (art. 80 da CF) ficam impedidos de assumir a Presidência se forem réus criminais (após o recebimento da denúncia ou queixa), mas permanecem normalmente nos cargos que exercem nos seus Poderes. Seria ilógico permitir que um réu criminal assumira a Presidência, enquanto o próprio Presidente eleito deve ser afastado se se tornar réu (art. 86, § 1º). A vedação busca preservar a dignidade e estabilidade das instituições republicanas.

[ADPF 402 MC-REF, rel. p/ o ac. min. Celso de Mello, j. 7-12-2016, P, DJE de 29-8-2018.]

5) Inq. 3.983 (alcance do art. 86, § 4º, CF – vedação restrita ao Presidente da República): o Inquérito 3.983 discutia se a regra do art. 86, § 4º, da CF/88 — que impede a responsabilização do Presidente da República por atos estranhos ao exercício do mandato — poderia ser estendida a outras autoridades. O STF decidiu que a regra do art. 86, § 4º, da CF/88 é exclusiva do Presidente da República. Não pode ser ampliada para outras autoridades (Governadores,

Prefeitos, membros do Poder Legislativo). A norma do art. 86, § 4º, CF cria uma imunidade temporária excepcional e específica, que protege apenas o Presidente da República.

[Inq 3.983, rel. min. Teori Zavascki, j. 3-3-2016, P, DJE de 12-5-2016.]

6) ADI 5.874 (indulto Natalino – amplitude da discricionariedade presidencial): a ADI 5.874 questionou diversos dispositivos do Decreto que concedia indulto natalino e comutação de penas. Alegava-se que o Presidente teria abusado da competência do art. 84, XII, reduzindo excessivamente penas, beneficiando condenados por corrupção e interferindo na política criminal. Questão jurídica: o Presidente da República pode conceder indulto e comutação de penas de forma ampla, inclusive antes do trânsito em julgado, abrangendo também multas e crimes graves, ou isso violaria a separação de Poderes e a política criminal definida por lei? Segundo o STF, o indulto e a comutação são atos discricionários do Presidente da República (art. 84, XII, CF/88), sujeitos apenas aos limites constitucionais expressos (como os previstos no art. 5º, XLIII). O Judiciário não pode reescrever, restringir ou substituir o mérito político do decreto presidencial. O indulto é mecanismo tradicional de clemência no constitucionalismo brasileiro (não integra política criminal, mas é instrumento de freios e contrapesos). Trata-se de ato político discricionário, não cabendo ao STF revisar conveniência e oportunidade. Permanece possível a revisão judicial para verificar: violação do art. 5º, XLIII; desvio de finalidade (teoria dos motivos determinantes).

[ADI 5.874, rel. p/ o ac. min. Alexandre de Moraes, j. 9-5-2019, P, Informativo 939.]

7) RE 317.574 (autorização legislativa para governador se ausentar do país): lei estadual exigia autorização prévia da Assembleia Legislativa para que Governador e Vice-Governador pudessem se ausentar do país por qualquer prazo, ainda que inferior a 15 dias. Questão jurídica: é constitucional norma estadual que exige autorização legislativa para a saída do país do Governador por qualquer período, mesmo curto, à luz do princípio da simetria e da autonomia entre os Poderes? O STF considerou inconstitucional a exigência. A norma estadual afronta a harmonia e independência entre os Poderes e desrespeita o princípio da simetria ao exigir autorização para qualquer prazo. Segundo a Corte, é inconstitucional norma estadual que exija autorização legislativa para que o Governador ou Vice-Governador se ausente do país por prazo inferior a 15 dias. A autorização só é constitucionalmente justificável quando o afastamento exceder esse prazo, em simetria com o modelo federal.

[ADI 738, rel. min. Maurício Corrêa, j. 13-11-2002, P, DJ de 7-2-2003.] = RE 317.574, rel. min. Cezar Peluso, j. 1º-12-2010, P, DJE de 1º-2-2011

É isso! Espero que você tenha assimilado todos os conhecimentos necessários sobre o Poder Executivo. Havendo dúvidas, **não deixe de me procurar no fórum de dúvidas**. Aguardo você lá. Gostaria de **receber sua avaliação** acerca da nossa aula. Isso é muito importante para nós. Fique com Deus, fortíssimo abraço e bons estudos.

RESUMO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Âmbito da Federação	Quem exerce o Poder Executivo?
União	Presidente da República, Vice-Presidente e Ministros de Estado (Art. 76).
Estados e DF	Governadores, Vice-Governadores e Secretários Estaduais.
Municípios	Prefeitos, Vice-Prefeitos e Secretários Municipais.

2. FUNÇÕES DO PODER EXECUTIVO

Tipo de Função	Descrição
Típica	Administrar a coisa pública e executar políticas públicas.
Atípicas	Legislar (medidas provisórias, leis delegadas e decretos autônomos). Julgar (processos administrativos disciplinares).

Divergência Doutrinária: Corrente minoritária defende que o Executivo **não julga**, mas a corrente majoritária **reconhece essa função atípica**.

3. ELEIÇÕES PARA PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE (ART. 77)

Regra	Detalhes
1º turno	1º domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato.
2º turno	Último domingo de outubro (se necessário).
Maioria Absoluta	Presidente eleito com maioria absoluta dos votos válidos (não contam brancos e nulos).
Empate	Ganha o candidato mais idoso .
Segunda votação	Se ninguém atingir maioria absoluta, nova eleição em até 20 dias , com os dois mais votados.
Substituição antes do 2º turno	Se um candidato não puder concorrer, entra o próximo mais votado.
Aplicação	Mesmas regras para Governadores e Prefeitos de municípios com +200 mil eleitores (Art. 28, 32, § 2º e 29, II).
Municípios com -200 mil eleitores	Eleição em turno único .

4. POSSE (ART. 78)

Cargo	Data da Posse
Presidente e Vice-Presidente da República	5 de janeiro.
Governadores e Vice-Governadores	6 de janeiro.
Prefeitos e Vice-Prefeitos	1º de janeiro.

Se não tomar posse em 10 dias (salvo motivo de força maior), cargo será **declarado vago**.

5. SUBSTITUIÇÃO E SUCESSÃO (ARTS. 79 E 80)

Situação	Quem assume?
Afastamento temporário (impedimento)	Vice-Presidente substitui.
Afastamento definitivo (vacância)	Vice-Presidente sucede e cumpre o resto do mandato.
Dupla vacância	Presidente da Câmara → Presidente do Senado → Presidente do STF.
Vacância nos 2 primeiros anos	Eleição direta em 90 dias.
Vacância nos 2 últimos anos	Eleição indireta em 30 dias.

- **Afastamento temporário:** Exemplo – licença para tratamento de saúde.
- **Vacância definitiva:** Exemplo – condenação por crime de responsabilidade.

6. AUSÊNCIA DO PAÍS (ART. 83)

Regra	Consequência
Presidente e Vice-Presidente não podem se ausentar do país por mais de 15 dias sem licença do Congresso Nacional.	Perda do cargo.

7. ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84)

Principais Competências

Categoria	Atribuições
Executivas	Nomear Ministros, comandar Forças Armadas, administrar políticas públicas.
Legislativas	Iniciar processo legislativo, sancionar e vetar leis, editar medidas provisórias.
Jurídicas	Conceder indulto e comutar penas, nomear magistrados.
Internacionais	Manter relações com Estados estrangeiros, celebrar tratados.
Defesa Nacional	Declarar guerra, decretar estado de defesa/sítio.

Competências Delegáveis (Parágrafo Único)

Pode delegar para	Ministros de Estado, PGR e AGU
Art. 84, VI	Organização da administração federal (sem aumento de despesa ou criação/extinção de órgãos).
Art. 84, XII	Conceder indulto e comutar penas.
Art. 84, XXV	Prover cargos públicos federais.

8. IMUNIDADES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 86)

Imunidade	Descrição
Não pode ser preso	Exceto por sentença penal condenatória com trânsito em julgado (Art. 86, § 3º).
Não pode ser processado por crimes alheios ao cargo	Crimes sem relação com a função presidencial só podem ser julgados após o mandato (Art. 86, § 4º).
STF: Não se estende a Governadores e Prefeitos	Exclusivo do Presidente por ser Chefe de Estado .

9. RESPONSABILIDADES DO PRESIDENTE (ARTS. 85 E 86)

Tipo de Crime	Competência
Crime de Responsabilidade	Julgado pelo Senado Federal , após autorização de 2/3 da Câmara dos Deputados .
Crime Comum	Julgado pelo STF , após autorização de 2/3 da Câmara dos Deputados .

Suspensão do cargo:

- Crimes de responsabilidade → Após **instauração do processo no Senado**.
- Crimes comuns → Após **recebimento da denúncia pelo STF**.
- Se o julgamento não for concluído em **180 dias**, cessará o afastamento.

10. MINISTROS DE ESTADO (ART. 87)

Requisitos	Observação
Brasileiros (natos ou naturalizados)	Exceto Ministro da Defesa (deve ser brasileiro nato).
Maiores de 21 anos	
No exercício dos direitos políticos	

11. CONSELHOS CONSULTIVOS

Conselho da República (Arts. 89 e 90)

Função	Órgão superior de consulta do Presidente da República
Composição	Vice-Presidente, Presidentes da Câmara e do Senado, líderes da maioria e minoria, Ministro da Justiça, 6 cidadãos brasileiros natos.
Competências	Opinar sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio e estabilidade das instituições democráticas.

Conselho de Defesa Nacional (Art. 91)

Função	Órgão de consulta em assuntos de soberania e defesa nacional
Composição	Vice-Presidente, Presidentes da Câmara e Senado, Ministros da Justiça, Defesa, Planejamento, Relações Exteriores e Comandantes das Forças Armadas.
Competências	Opinar sobre guerra, estado de defesa/sítio, intervenção federal e segurança nacional.

RESUMO FINAL

Tópico	Resumo
Função Principal	Administrar a coisa pública (Executivo).
Substituição	Vice-Presidente assume em caso de impedimento ou vacância.
Responsabilidade	Crimes comuns → STF / Crimes de responsabilidade → Senado.
Imunidade	Não pode ser preso, exceto por sentença transitada em julgado.

QUESTÕES DE CONCURSO

001. (2024/PREFEITURA DE CAPIVARI DO SUL – RS/ADVOGADO) O Art. 90 da Constituição Federal trata da competência do Conselho da República de se manifestar sobre as seguintes situações, EXCETO:

- a) Intervenção federal.
- b) Estado de defesa.
- c) Estado de sítio.
- d) Questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.
- e) Declaração de guerra e celebração de paz.

002. (2024/PREFEITURA DE CRUZALTENSE – RS/PROCURADOR GERAL) Em que casos o Presidente ficará suspenso de suas funções?

- a) Nos crimes de responsabilidade, porém somente após a autorização de 2/3 dos Governadores.
- b) Nos crimes de responsabilidade, após a instauração de processo pela Câmara dos Deputados e submissão ao Senado Federal.
- c) Nas infrações penais comuns, se autorizado pela Câmara dos Deputados.
- d) Nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.
- e) Nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia pelo Senado Federal.

003. (2023/MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ/PROMOTOR SUBSTITUTO) De acordo com o texto constitucional, o Presidente ficará suspenso de suas funções quando (assinale a alternativa correta):

- a) nas infrações penais comuns, após o oferecimento da denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) nos crimes de responsabilidade após a instauração de processo pela Câmara dos Deputados e submissão ao Senado Federal.
- c) nos crimes comuns após a submissão à Câmara dos Deputados e determinação de seu afastamento.
- d) nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.
- e) nos crimes de responsabilidade, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.

004. (2023/POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO/DELEGADO DE POLÍCIA) Considere que Luísa tem 22 anos, é advogada recém-formada e gostaria de ser Ministra da Casa Civil. Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que

- a) precisa estar no exercício dos direitos políticos e, se ocupar o cargo desejado, deve apresentar ao Presidente da República relatório anual de sua gestão no Ministério.
- b) não preenche todos os requisitos para ocupar o cargo desejado, pois apenas pode ser indicado(a) como Ministra(o) de Estado quem tem mais de 35 anos.
- c) preenche todos os requisitos constitucionais, mas atualmente é impedida de expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos.
- d) não preenche os requisitos exigidos, pois não é formada em Administração e não tem 35 anos.
- e) precisa estar filiada a algum partido político para tomar posse no cargo de Ministra da Casa Civil.

005. (2023/POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO/DELEGADO DE POLÍCIA) Assinale a alternativa que corretamente contempla um dos integrantes do Conselho de Defesa Nacional e uma das suas competências Constitucionais.

- a) Ministro das Relações Exteriores e as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.
- b) Líderes da maioria e da minoria no Senado Federal e propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso.
- c) Ministro do Planejamento e estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático.
- d) Presidente da Câmara dos Deputados e as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.
- e) Líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração da paz.

006. (2023/PREFEITURA DE RIO CLARO – SP/PROCURADOR JUDICIAL) Na hipótese de o Presidente da República, na vigência de seu mandato, cometer ato estranho ao exercício de suas funções que se consubstanciou em crime, é correto afirmar, de acordo com a Constituição Federal de 1988, que:

- a) Como se trata de fato estranho ao exercício da função, o Presidente da República não poderá ser criminalmente processado durante a vigência de seu mandato, em razão de imunidade temporária.
- b) O Presidente da República será imediatamente suspenso de suas funções por até 180 dias, se recebida a denúncia pelo Senado Federal.
- c) O Presidente da República será imediatamente suspenso de suas funções se a acusação for admitida pelo Supremo Tribunal Federal.

d) O Presidente da República será imediatamente suspenso de suas funções por até 280 dias, se recebida a denúncia pelo Senado Federal.

e) A Constituição Federal de 1988 não trata sobre a responsabilidade do Presidente da República.

007. (2023/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA/TITULAR DE SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS – REMOÇÃO) Com base nas disposições da CF referentes ao presidente da República, assinale a opção correta.

a) O presidente da República poderá ser preso em flagrante pelo cometimento de crime inafiançável.

b) Compete ao presidente da República, em ato indelegável, conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessária, dos órgãos instituídos em lei.

c) O presidente da República cometerá crime de responsabilidade se praticar ato que atente contra a segurança interna do Brasil.

d) Em caso de vacância dos cargos de presidente e de vice-presidente da República no curso do mandato, deve ser realizada nova eleição direta em até trinta dias depois da última vaga.

e) O presidente e o vice-presidente da República não poderão ausentar-se do Brasil por mais de dez dias sem licença do Congresso Nacional, sob pena de afastamento do cargo.

008. (2023/POLÍCIA CIVIL DO ALAGOAS/DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL) Caso o presidente da República cometa crime comum, caberá ao procurador-geral da República acusá-lo, e, uma vez oferecida por este a denúncia ao Supremo Tribunal Federal, o presidente será afastado de suas funções por 180 dias.

009. (2023/PREFEITURA DE SANTANA DA VARGEM/PROCURADOR MUNICIPAL) O Presidente da República, chefe de Estado e chefe de Governo, é escolhido de maneira democrática e com mandato de duração de quatro anos. A ele são conferidas competências privativas a seu cargo. Considerando o exposto, NÃO é de competência privativa do Presidente da República:

a) Nomear e exonerar os Ministros de Estado.

b) Expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos.

c) Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos na Carta Magna de 1988.

d) Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.

010. (2023/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO/TITULAR DE SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS – PROVIMENTO) O Presidente da República tem a intenção de conceder indulto às pessoas condenadas no Brasil pela prática de receptação culposa. Devido a compromissos

internacionais que o afastarão do país pelo período de dez dias, resolveu delegar ao Procurador-Geral da República a atribuição de dispor mediante decreto, durante sua ausência, sobre o referido indulto. Considerando o fato narrado, trata-se de competência

- a) constitucionalmente delegável.
- b) privativa e, portanto, indelegável.
- c) exclusiva e, portanto, indelegável.
- d) para edição de ato normativo e, portanto, indelegável.

011. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DE GOIÁS/ANALISTA - ÁREA: INFORMÁTICA) É ato indelegável e de competência privativa do presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração pública federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

012. (2024/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ/ANALISTA - ÁREA: ASSESSOR LEGISLATIVO) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Entre as funções atípicas de cada um dos poderes, é correto afirmar que o Poder executivo, excepcionalmente, poderá exercer a função

- a) legislativa, quando editar medida provisória.
- b) judicante, quando julgar parlamentar por crime comum praticado no exercício da função.
- c) judicante, quando participar da investigação na Comissão Parlamentar de Inquérito.
- d) administrativa, quando fizer a indicação para Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- e) legislativa, quando estender aumento de vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

013. (2024/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ/ANALISTA - ÁREA: ASSESSOR LEGISLATIVO - ADAPTADO) O Conselho da República é órgão superior de consulta do Presidente da República e o Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático. A partir do exposto e de acordo com o sistema constitucional vigente, é possível afirmar que participarão do Conselho da República os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

014. (2024/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE/ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA OFICIAL DE JUSTIÇA) De acordo com o Direito Constitucional brasileiro, os Ministros de Estado serão escolhidos entre:

- a) os brasileiros maiores de dezoito anos e no exercício dos direitos políticos.
- b) os brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.

- c) os brasileiros maiores de trinta anos e no exercício dos direitos políticos.
- d) os brasileiros maiores trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos.

015. (2024/CÂMARA DE OLINDA – PE/TÉCNICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A Constituição Federal preconiza que o Brasil adota o sistema de governo parlamentarista, em que o Presidente da República exerce tanto a função de Chefe de Estado quanto de Chefe de Governo, liderando o Executivo e o Legislativo.

016. (2024/CÂMARA DE VENÂNCIO AIRES – RS/PROCURADOR) Conforme a Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República:

- a) Conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
- b) Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- c) Estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- d) Suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- e) Aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.

017. (2024/INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL/ANALISTA DE PLANEJAMENTO – ÁREA: GESTÃO E SUPORTE – DIREITO) É competência privativa do presidente da República conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei, podendo delegar tal atribuição ao advogado-geral da União.

018. (2024/INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL/ANALISTA DE PLANEJAMENTO – ÁREA: GESTÃO E SUPORTE – DIREITO) Compete ao presidente da República, na condição de chefe de Estado, proceder à autorização de guerra no caso de agressão estrangeira.

019. (2024/INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL/ANALISTA DE PLANEJAMENTO – ÁREA: GESTÃO E SUPORTE – DIREITO) A competência privativa do presidente da República para iniciar o processo legislativo das leis ordinárias e complementares não pode ser delegada.

020. (2024/CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DE PERNAMBUCO/SOLDADO) Para participar de evento da ONU, que será realizado em Lisboa (Portugal), foi composta uma comitiva do governo brasileiro com as seguintes autoridades: o Presidente e o Vice-Presidente da República, o Ministro da Justiça e o Presidente da Câmara dos Deputados. Nesse caso, à

luz da Constituição Federal, é correto afirmar que, enquanto tais autoridades estiverem no exterior, exercerá a Presidência da República

- a) o Presidente do Senado Federal.
- b) o Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- c) o Ministro de Estado da Defesa.
- d) o Comandante do Exército.
- e) o Procurador-Geral da República.

021. (2024/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA) Diante do que estabelece a Constituição Federal, no caso de haver agressão estrangeira que atinja territórios de alguns Estados da Federação brasileira, caberia ao Presidente da República declarar guerra, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional.

022. (2024/PREFEITURA DE CAPIVARI DO SUL – RS/ADVOGADO) O Art. 90 da Constituição Federal trata da competência do Conselho da República de se manifestar sobre as seguintes situações, EXCETO:

- a) Intervenção federal.
- b) Estado de defesa.
- c) Estado de sítio.
- d) Questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.
- e) Declaração de guerra e celebração de paz.

023. (2024/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA) De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República

- a) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.
- b) autorizar referendo e convocar plebiscito.
- c) conferir condecorações e distinções honoríficas.
- d) estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.

024. (2024/PREFEITURA DE SÃO LUDGERO – SC/AUXILIAR - ÁREA: ESCOLA) Em conformidade com a Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República:

- I. Nomear e exonerar os Ministros de Estado.
- II. Exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal.
- III. Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens II e III.
- d) Todos os itens.

025. (2024/PREFEITURA DE DOMINGOS MARTINS – ES/FISCAL DE POSTURAS) Órgãos são centros unidades abstratas de atuação que integram a administração direta e indireta. Tanto a criação quanto a extinção de órgão público necessitam ocorrer por meio de lei. No entanto, a Constituição Federal permite que a organização e funcionamento interno seja feito mediante decreto caso haja previsão de

- a) estabelecimento de definições de funções públicas.
- b) criação ou extinção de órgãos públicos.
- c) aumento de despesa em setor estratégico.
- d) extinção de cargos públicos, quando vagos.

026. (2024/PREFEITURA DE SERRA DA RAIZ – PB/ASSISTENTE SOCIAL) De acordo com a Constituição Federal de 1988 é CORRETO afirmar que Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros no exercício dos direitos políticos e maiores de:

- a) trinta anos.
- b) vinte e cinco anos.
- c) trinta e cinco anos.
- d) vinte e um anos.
- e) dezoito anos.

027. (2024/PREFEITURA DE SERRA DA RAIZ – PB/ASSISTENTE SOCIAL) O órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático é denominado pela Constituição Federal de 1988 como:

- a) Conselho Nacional de Justiça.
- b) Conselho de Defesa Nacional.
- c) Conselho Fiscal.
- d) Conselho de Segurança.
- e) Conselho Liberal.

028. (2024/CÂMARA DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO – PE/ANALISTA LEGISLATIVO) Os Ministros de Estado, nomeados pelo Presidente da República, desempenham funções executivas e são responsáveis pela condução de políticas específicas de suas respectivas pastas, contribuindo para a efetividade das ações governamentais.

029. (2024/CÂMARA DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO – PE/ANALISTA LEGISLATIVO) O Conselho de Defesa Nacional (CDN) é um órgão de consulta do Presidente da República em assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do estado democrático. Entre suas competências, estão opinar sobre a declaração de guerra, celebração da paz, estado de defesa, estado de sítio e intervenção federal.

030. (2024/CÂMARA DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO – PE/ANALISTA LEGISLATIVO) O Conselho de Defesa Nacional é responsável por tomar decisões finais em assuntos de defesa nacional e tem autoridade para implementar políticas de defesa sem a aprovação do Presidente da República.

031. (2024/CÂMARA DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO – PE/ANALISTA LEGISLATIVO) O Presidente da República, embora chefe do Poder Executivo, não possui a prerrogativa de nomear e exonerar ministros de Estado, sendo essa uma competência exclusiva do Congresso Nacional, visando garantir a independência entre os poderes.

032. (2024/PREFEITURA DE CRUZALTENSE – RS/PROCURADOR GERAL) Em que casos o Presidente ficará suspenso de suas funções?

- a) Nos crimes de responsabilidade, porém somente após a autorização de 2/3 dos Governadores.
- b) Nos crimes de responsabilidade, após a instauração de processo pela Câmara dos Deputados e submissão ao Senado Federal.
- c) Nas infrações penais comuns, se autorizado pela Câmara dos Deputados.
- d) Nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.
- e) Nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia pelo Senado Federal.

033. (2023/PREFEITURA DE LIMEIRA – PROCURADOR JURÍDICO) Entre os órgãos de aconselhamento do Poder Executivo, está o Conselho da República. Em relação à sua composição, assinale a alternativa correta.

- a) Participa do Conselho da República o Presidente da Câmara dos Deputados, mas não o Ministro da Justiça.
- b) Integra o Conselho o Presidente do Senado Federal, mas não o Vice-Presidente da República.

- c) O Conselho é integrado por seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo três eleitos pelo Senado Federal e três eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução.
- d) O Ministro das Relações Exteriores integra o Conselho da República.
- e) O Ministro do Planejamento não integra o Conselho da República, ao contrário dos líderes da maioria e da minoria do Senado Federal, que o integram.

034. (2023/MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ/PROMOTOR SUBSTITUTO) De acordo com o texto constitucional, o Presidente ficará suspenso de suas funções quando (assinale a alternativa correta):

- a) nas infrações penais comuns, após o oferecimento da denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) nos crimes de responsabilidade após a instauração de processo pela Câmara dos Deputados e submissão ao Senado Federal.
- c) nos crimes comuns após a submissão à Câmara dos Deputados e determinação de seu afastamento.
- d) nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.
- e) nos crimes de responsabilidade, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.

035. (2023/CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO/ANALISTA ADMINISTRATIVO) O presidente da República poderá extinguir funções ou cargos públicos, quando estiverem vagos.

036. (2023/PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO – RJ/AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE) A respeito das atribuições do Poder Executivo, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Presidente da República poderá delegar aos Ministros de Estado a competência para extinguir cargos públicos federais.
 - II. Compete ao Chefe do Poder Executivo Federal sancionar e publicar as leis, ficando a cargo do Poder Legislativo a sua promulgação.
 - III. A nomeação do Procurador-Geral da República tem como critério único a indicação do Presidente da República.
 - IV. O Advogado-Geral da União poderá, por meio de delegação do Presidente da República, conceder indulto e comutar penas.
- Está correto o que se afirma em
- a) I, II, III e IV.
 - b) IV, apenas.

- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.

037. (2023/POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO/DELEGADO DE POLÍCIA) Considere que Luísa tem 22 anos, é advogada recém-formada e gostaria de ser Ministra da Casa Civil. Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que

- a) precisa estar no exercício dos direitos políticos e, se ocupar o cargo desejado, deve apresentar ao Presidente da República relatório anual de sua gestão no Ministério.
- b) não preenche todos os requisitos para ocupar o cargo desejado, pois apenas pode ser indicado(a) como Ministra(o) de Estado quem tem mais de 35 anos.
- c) preenche todos os requisitos constitucionais, mas atualmente é impedida de expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos.
- d) não preenche os requisitos exigidos, pois não é formada em Administração e não tem 35 anos.
- e) precisa estar filiada a algum partido político para tomar posse no cargo de Ministra da Casa Civil.

038. (2023/POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO/DELEGADO DE POLÍCIA) Assinale a alternativa que corretamente contempla um dos integrantes do Conselho de Defesa Nacional e uma das suas competências Constitucionais.

- a) Ministro das Relações Exteriores e as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.
- b) Líderes da maioria e da minoria no Senado Federal e propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso.
- c) Ministro do Planejamento e estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático.
- d) Presidente da Câmara dos Deputados e as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.
- e) Líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração da paz.

039. (2023/FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO/CARGO/ESPECIALISTA EM FINANCIAMENTO) Quando se tratar de crime de responsabilidade, o presidente da República ficará suspenso de suas funções após ser admitida a instauração do processo de acusação pela Câmara dos Deputados.

040. (2023/PREFEITURA DE RIO CLARO – SP/PROCURADOR JUDICIAL) Na hipótese de o Presidente da República, na vigência de seu mandato, cometer ato estranho ao exercício de suas funções que se consubstanciou em crime, é correto afirmar, de acordo com a Constituição Federal de 1988, que:

- a) Como se trata de fato estranho ao exercício da função, o Presidente da República não poderá ser criminalmente processado durante a vigência de seu mandato, em razão de imunidade temporária.
- b) O Presidente da República será imediatamente suspenso de suas funções por até 180 dias, se recebida a denúncia pelo Senado Federal.
- c) O Presidente da República será imediatamente suspenso de suas funções se a acusação for admitida pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) O Presidente da República será imediatamente suspenso de suas funções por até 280 dias, se recebida a denúncia pelo Senado Federal.
- e) A Constituição Federal de 1988 não trata sobre a responsabilidade do Presidente da República.

041. (2023/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL/PROFESSOR – ÁREA DIREITO) Compete privativamente ao presidente da República dispor, mediante decreto, acerca da organização e do funcionamento da administração federal, quando implicar aumento de despesa, bem como necessitar de criação ou extinção de órgãos públicos.

042. (2023/CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO – MG/AGENTE FISCAL) O Presidente da República exerce internamente a função de Chefe do Governo Federal, sendo eleito pelo sistema majoritário para um mandato de quatro anos, suscetível de uma recondução. São consideradas competências constitucionais privativas do Presidente da República:

- a) A celebração de tratados internacionais e a concessão de indulto.
- b) A deliberação, mediante lei, sobre a extinção de funções ou cargos públicos vagos.
- c) A nomeação dos Procuradores-Gerais dos Estados e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- d) A iniciativa de projeto de lei que altere a organização judiciária e a decretação de intervenção estadual.

043. (2023/TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL/ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO) O texto constitucional atribui ao presidente da República imunidade material, garantindo sua inviolabilidade no que se refere às palavras e opiniões expressas.

044. (2023/PREFEITURA DE SÃO PAULO/ANALISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL) Considere que faltando exatamente 1 ano e 11 meses para o fim do mandato, os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República vagaram simultaneamente. Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que

- a) como faltam menos de dois anos para o fim do mandato, o presidente da Câmara dos Deputados deverá ocupar o cargo de Presidente da República até a realização das eleições gerais.
- b) far-se-á eleição noventa dias depois da declaração de vacância dos cargos.
- c) uma vez realizada nova eleição, os eleitos deverão governar por quatro anos.
- d) a eleição para ambos os cargos será feita quinze dias depois da última vaga, pelo Senado.
- e) a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional.

Letra e.

045. (2023/CÂMARA DE AGUDO – RS/TÉCNICO EM INFORMÁTICA) O Conselho da República, órgão superior de consulta do Presidente da República, tem como atribuições pronunciar-se sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio, bem como sobre questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas. Compõem o referido conselho, EXCETO:

- a) Comandante Geral do Exército.
- b) Ministro da Justiça.
- c) Vice-Presidente da República.
- d) Presidente da Câmara dos Deputados.
- e) Presidente do Senado Federal.

046. (2023/PREFEITURA DE FAXINAL DO SOTURNO – RS/PSICOPEDAGOGO) Nos termos da Constituição Federal do Brasil, o Presidente da República e os Governadores dos Estados serão eleitos, juntamente de seus vices, para cumprir mandato de quatro anos, e tomarão posse, respectivamente, nos dias:

- a) 1º e 02 de janeiro do ano seguinte ao de sua eleição.
- b) Ambos no dia 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua eleição.
- c) Ambos no dia 1º de fevereiro do ano seguinte ao de sua eleição.
- d) 05 e 06 de janeiro do ano seguinte ao de sua eleição.
- e) 05 e 06 de fevereiro do ano seguinte ao de sua eleição.

047. (2023/PREFEITURA DE ARARAQUARA/ANALISTA – ÁREA: PROCURADORIA) O art. 84, da Constituição Federal de 1988 trata das competências privativas do Presidente da República. A este respeito, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O Presidente da República não possui a prerrogativa de nomear e exonerar Ministros de Estado, sendo essa atribuição exclusiva do Congresso Nacional.
- b) Ao Presidente da República compete privativamente iniciar o processo legislativo e sancionar leis, sem a possibilidade de veto.
- c) O Presidente da República é responsável por exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear seus comandantes e promover oficiais-generais.
- d) É atribuição do Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sem a necessidade de referendo do Congresso Nacional.

048. (2023/DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS/ANALISTA - ÁREA JURÍDICO) Com relação à organização do Estado e dos Poderes, nos termos do que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

- a) Admitida a acusação contra o presidente da República, por 3/5 da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- b) Compete privativamente ao presidente da República sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.
- c) Compete privativamente ao presidente da República exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal.
- d) São crimes de responsabilidade os atos do presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação.
- e) São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra a probidade na administração, a lei orçamentária e o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

049. (2023/CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE COSTA OESTE DO PARANÁ/ASSESSOR JURÍDICO) Os crimes de responsabilidade do Presidente da República são uma categoria específica de infrações políticas e administrativas que podem levar à destituição do chefe do Poder Executivo Federal. Esses crimes estão previstos na Constituição Federal, precisamente no art. 85, e na Lei n. 1.079/1950, que regula o processo de impeachment no país. Em relação aos crimes de responsabilidade do Presidente da República, de acordo com o art. 85, da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) O Presidente da República pode ser responsabilizado por atos que atentem contra a existência da União, mas não por atos que atinjam a probidade na administração.

- b) Atos que atentem contra o livre exercício do Poder Legislativo e do Poder Judiciário são considerados crimes de responsabilidade, mas não aqueles que afetem o cumprimento das leis e das decisões judiciais.
- c) Crimes de responsabilidade não envolvem o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais, uma vez que esses são considerados delitos comuns.
- d) A segurança interna do país é um dos objetos de proteção dos crimes de responsabilidade do Presidente da República.

050. (2023/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS/TITULAR DE SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS – PROVIMENTO) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

051. (2023/SEPLAN-RR/ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO/ESPECIALIDADE: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO) Nos casos de crimes de responsabilidade, admitida a acusação contra o presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

052. (2023/SEPLAN-RR/ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO/ESPECIALIDADE: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO) É crime de responsabilidade ato do presidente da República que atente contra o cumprimento de decisão judicial.

053. (2022/FACELI/CONTADOR) A Câmara dos Deputados poderá autorizar a instauração de processo contra o Presidente da República, desde que pela proporção mínima de seus membros de:

- a) dois terços.
- b) um terço.
- c) um sexto.
- d) dois sextos.
- e) dois quintos.

054. (2022/PGM RECIFE-PE/PROCURADOR JUDICIAL MUNICIPAL) Determinado presidente da República praticou ato que atenta contra a Constituição Federal de 1988 (CF) e contra a lei orçamentária. Nessa situação hipotética, caso a acusação contra esse presidente seja admitida

- a) por um terço dos membros da Câmara dos Deputados, ele será submetido a julgamento junto ao Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- b) por um terço dos membros da Câmara dos Deputados, ele será submetido a julgamento junto ao Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade, ou perante o Senado Federal, nas infrações penais comuns.
- c) por dois terços dos membros da Câmara dos Deputados, ele será submetido a julgamento junto ao Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- d) por dois terços dos membros do Senado Federal, ele será submetido a julgamento junto ao Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade, ou perante a Câmara dos Deputados, nas infrações penais comuns.
- e) por dois terços dos membros do Senado Federal, ele será submetido a julgamento junto ao Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante a Câmara dos Deputados, nos crimes de responsabilidade.

055. (2022/TRT-17ª REGIÃO/ES/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) De acordo com a Constituição Federal, o Presidente da República, no caso de ser regularmente admitida acusação contra ele por crime contra o cumprimento das decisões judiciais, praticado no exercício de suas funções,

- a) estará sujeito à prisão, desde o recebimento da denúncia pelo Supremo Tribunal Federal, por se tratar de hipótese de crime de responsabilidade.
- b) ficará suspenso de suas funções se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal, perante o qual será julgado.
- c) não estará sujeito à prisão somente enquanto não sobrevier sentença condenatória, por se tratar de hipótese de infração penal comum.
- d) não poderá ficar suspenso de suas funções antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- e) ficará suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo Senado Federal, perante o qual será submetido a julgamento.

056. (2022/PC-GO/AGENTE DE POLÍCIA) Segundo a Constituição Federal, nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República ficará suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo(a)

- a) Supremo Tribunal Federal.
- b) Senado Federal.
- c) Câmara dos Deputados.

- d) Tribunal de Contas da União.
- e) Ministério Público Federal.

057. (2022/IPREV/ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO II) Cabe privativamente ao Presidente da República:

- a) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Presidente e diretores do banco central.
- b) resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- c) a alteração da organização e da divisão judiciária.
- d) enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos.
- e) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.

058. (2022/PREFEITURA DE BARREIRAS-BA/GUARDA CIVIL MUNICIPAL) Com relação à organização dos poderes do Estado, assinale a alternativa correta.

- a) O presidente da República é a autoridade competente para sancionar ou vetar as emendas à CF.
- b) O presidente da República, na vigência do mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
- c) A competência do presidente para conceder indulto e comutar penas é indelegável.
- d) Os atos do presidente da República contra a probidade na Administração configuram crime de responsabilidade, devendo ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal.

059. (2022/DETRAN-DF/TÉCNICO EM ATIVIDADES DE TRÂNSITO) De acordo com as disposições constitucionais sobre o Poder Executivo, assinale a alternativa correta.

- a) A eleição do Vice-Presidente dependerá de voto nominal nas eleições, separadamente à eleição do Presidente da República
- b) Será considerado eleito Presidente em primeiro turno o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, computados os em branco e os nulos
- c) Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, haverá posse tácita
- d) O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado

060. (2022/ANP/REGULADOR DE NOVAS ATRIBUIÇÕES I/CARGO 4) Compete ao ministro de Estado, entre outras atribuições, exercer a orientação dos órgãos e das entidades da administração federal na área de sua competência e expedir instruções para a execução das leis.

061. (2022/TRT-8ª REGIÃO/PA E AP/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) A Constituição Federal prevê a possibilidade de que o presidente da República proveja e extinga os cargos públicos federais. Acerca dessa prerrogativa, tal competência é

- a) privativa do presidente da República, não podendo haver delegação.
- b) exclusiva do presidente da República, podendo haver delegação apenas para extinguir os cargos.
- c) exclusiva do presidente da República, não podendo haver delegação.
- d) privativa do presidente da República, podendo haver delegação para prover e extinguir os cargos.
- e) privativa do presidente da República, podendo haver delegação apenas para prover os cargos.

062. (2022/DPE-MT/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Em matéria de incorporação de tratados internacionais de proteção de direitos humanos no Brasil, segundo disposição expressa da Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República

- a) celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
- b) sancionar tratados, convenções e atos internacionais promulgados pelo Congresso Nacional.
- c) aprovar tratados, convenções ou outros atos internacionais ratificados por Decreto Legislativo.
- d) propor ao Congresso Nacional a ratificação de tratados, atos e convenções cuja assinatura é de interesse do Governo brasileiro.
- e) negociar, aprovar, assinar e ratificar tratados, convenções e atos internacionais mediante prévia autorização do Senado Federal.

063. (2022/CRP 9ª REGIÃO/GO E TO/ANALISTA ADMINISTRATIVO) O presidente da República exerce a função de chefe de Estado, enquanto a função de chefe de governo é ocupada pelo vice-presidente da República.

064. (2022/CRP 9ª REGIÃO/GO E TO/ANALISTA ADMINISTRATIVO) A nomeação dos ministros de Estado compete ao presidente da República, que, no entanto, somente os poderá exonerar após a aprovação da medida pelo Senado Federal.

065. (2022/CRP 9ª REGIÃO/GO E TO/ANALISTA ADMINISTRATIVO) Os ministros de Estado são auxiliares do presidente da República na direção superior da Administração Federal.

066. (2022/CRP 9ª REGIÃO/GO E TO/ANALISTA ADMINISTRATIVO) No caso de impedimento ou ausência do presidente e do vice-presidente da República, serão sucessivamente chamados

ao exercício do cargo o presidente da Câmara dos Deputados, o presidente do Senado Federal e o governador do Distrito Federal, conforme previsto na Constituição Federal de 1988.

067. (2022/CRP 9ª REGIÃO/GO E TO/ANALISTA ADMINISTRATIVO) O presidente da República é eleito para um mandato de quatro anos, se obtiver a maioria absoluta dos votos, computados os brancos e os nulos.

068. (2022/MC/ATIVIDADES TÉCNICAS DE SUPORTE/CARGO 3) Caso a Câmara dos Deputados admita acusação contra o presidente da República por crime de homicídio simples, o julgamento será realizado perante o Senado Federal.

069. (2022/CRT-04/ASSISTENTE JURÍDICO) Quando edita uma medida provisória, o presidente da República está atuando atipicamente, visto que sua função principal é administrar.

070. (2022/AGERGS/TÉCNICO SUPERIOR ADVOGADO) O Conselho da República, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, é órgão superior de consulta do Presidente da República, e dele participa, como membro nato, o:

- a) Ministro de Estado da Defesa.
- b) Ministro das Relações Exteriores.
- c) Ministro do Planejamento.
- d) Comandante da Marinha.
- e) Ministro da Justiça.

071. (2022/CRC-PR/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) O presidente e o vice-presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

072. (2022/TCE-RJ/TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO) Caso o presidente da República faleça no início do terceiro ano do mandato e, por conta disso, o vice-presidente renuncie ao cargo logo em seguida, deverá ser organizada nova eleição direta em até noventa dias depois de aberta a última vaga.

GABARITO

- | | | |
|-------|-------|-------|
| 1. e | 36. b | 71. C |
| 2. d | 37. a | 72. E |
| 3. d | 38. c | |
| 4. a | 39. E | |
| 5. c | 40. a | |
| 6. a | 41. E | |
| 7. c | 42. a | |
| 8. E | 43. E | |
| 9. b | 44. e | |
| 10. a | 45. a | |
| 11. E | 46. d | |
| 12. a | 47. c | |
| 13. E | 48. a | |
| 14. b | 49. d | |
| 15. E | 50. E | |
| 16. a | 51. E | |
| 17. C | 52. C | |
| 18. E | 53. a | |
| 19. C | 54. c | |
| 20. a | 55. e | |
| 21. C | 56. b | |
| 22. e | 57. d | |
| 23. c | 58. b | |
| 24. d | 59. d | |
| 25. d | 60. C | |
| 26. d | 61. e | |
| 27. b | 62. a | |
| 28. C | 63. E | |
| 29. C | 64. E | |
| 30. E | 65. C | |
| 31. E | 66. E | |
| 32. d | 67. E | |
| 33. e | 68. E | |
| 34. d | 69. C | |
| 35. C | 70. e | |

GABARITO COMENTADO

001. (2024/PREFEITURA DE CAPIVARI DO SUL – RS/ADVOGADO) O Art. 90 da Constituição Federal trata da competência do Conselho da República de se manifestar sobre as seguintes situações, EXCETO:

- a) Intervenção federal.
- b) Estado de defesa.
- c) Estado de sítio.
- d) Questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.
- e) Declaração de guerra e celebração de paz.



O Conselho da República, conforme definido na Constituição Federal, tem por função aconselhar o Presidente da República em momentos de decisão sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio, além de se manifestar sobre questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas. No entanto, a declaração de guerra e a celebração da paz não estão entre as competências do Conselho da República mencionadas no artigo 90 da Constituição Federal.

Letra e.

002. (2024/PREFEITURA DE CRUZALTENSE – RS/PROCURADOR GERAL) Em que casos o Presidente ficará suspenso de suas funções?

- a) Nos crimes de responsabilidade, porém somente após a autorização de 2/3 dos Governadores.
- b) Nos crimes de responsabilidade, após a instauração de processo pela Câmara dos Deputados e submissão ao Senado Federal.
- c) Nas infrações penais comuns, se autorizado pela Câmara dos Deputados.
- d) Nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.
- e) Nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia pelo Senado Federal.



De acordo com a Constituição Federal de 1988, especificamente no artigo 86, o Presidente da República ficará suspenso de suas funções nos casos em que for instaurado contra ele processo por crime de responsabilidade, após a admissão da acusação pelo Senado Federal. A suspensão das funções do Presidente ocorre a partir da instauração do processo pelo Senado, que deve ser precedida pela autorização de ao menos 2/3 dos membros da Câmara dos Deputados para que o processo seja iniciado.

Letra d.

003. (2023/MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ/PROMOTOR SUBSTITUTO) De acordo com o texto constitucional, o Presidente ficará suspenso de suas funções quando (assinale a alternativa correta):

- a) nas infrações penais comuns, após o oferecimento da denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) nos crimes de responsabilidade após a instauração de processo pela Câmara dos Deputados e submissão ao Senado Federal.
- c) nos crimes comuns após a submissão à Câmara dos Deputados e determinação de seu afastamento.
- d) nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.
- e) nos crimes de responsabilidade, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.



Este procedimento está delineado na Constituição Federal de 1988, especificamente no artigo 86. Quando se trata de crimes de responsabilidade, o Presidente da República ficará suspenso de suas funções se, após a autorização de 2/3 da Câmara dos Deputados, o Senado Federal decidir instaurar o processo.

Letra d.

004. (2023/POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO/DELEGADO DE POLÍCIA) Considere que Luísa tem 22 anos, é advogada recém-formada e gostaria de ser Ministra da Casa Civil. Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que

- a) precisa estar no exercício dos direitos políticos e, se ocupar o cargo desejado, deve apresentar ao Presidente da República relatório anual de sua gestão no Ministério.
- b) não preenche todos os requisitos para ocupar o cargo desejado, pois apenas pode ser indicado(a) como Ministra(o) de Estado quem tem mais de 35 anos.
- c) preenche todos os requisitos constitucionais, mas atualmente é impedida de expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos.
- d) não preenche os requisitos exigidos, pois não é formada em Administração e não tem 35 anos.
- e) precisa estar filiada a algum partido político para tomar posse no cargo de Ministra da Casa Civil.



A Constituição Federal estabelece a idade mínima de 21 anos para ser Ministro de Estado, como o cargo de Ministro da Casa Civil. Além disso, exige estar no exercício dos direitos

políticos (art. 87, “caput”, da CF/1988). Ainda, conforme o art. 87, parágrafo único, III, da CF/1988, é exigível que os Ministros de Estado apresentem relatório anual de sua gestão.

Letra a.

005. (2023/POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO/DELEGADO DE POLÍCIA) Assinale a alternativa que corretamente contempla um dos integrantes do Conselho de Defesa Nacional e uma das suas competências Constitucionais.

- a) Ministro das Relações Exteriores e as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.
- b) Líderes da maioria e da minoria no Senado Federal e propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso.
- c) Ministro do Planejamento e estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático.
- d) Presidente da Câmara dos Deputados e as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.
- e) Líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração da paz.



O art. 91, da CF/1988, traz o rol taxativo dos integrantes do Conselho de Defesa Nacional, dentre eles, está o Ministro do Planejamento. Por seu turno, o § 1º do mesmo art. 91, contempla as competências desse Conselho, dentre as quais, temos a de estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático (inciso IV).

Letra c.

006. (2023/PREFEITURA DE RIO CLARO – SP/PROCURADOR JUDICIAL) Na hipótese de o Presidente da República, na vigência de seu mandato, cometer ato estranho ao exercício de suas funções que se consubstanciou em crime, é correto afirmar, de acordo com a Constituição Federal de 1988, que:

- a) Como se trata de fato estranho ao exercício da função, o Presidente da República não poderá ser criminalmente processado durante a vigência de seu mandato, em razão de imunidade temporária.
- b) O Presidente da República será imediatamente suspenso de suas funções por até 180 dias, se recebida a denúncia pelo Senado Federal.

- c) O Presidente da República será imediatamente suspenso de suas funções se a acusação for admitida pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) O Presidente da República será imediatamente suspenso de suas funções por até 280 dias, se recebida a denúncia pelo Senado Federal.
- e) A Constituição Federal de 1988 não trata sobre a responsabilidade do Presidente da República.



É a expressão do art. 86, § 4º, da CF/1988, segundo o qual “O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções”.

Letra a.

007. (2023/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA/TITULAR DE SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS – REMOÇÃO) Com base nas disposições da CF referentes ao presidente da República, assinale a opção correta.

- a) O presidente da República poderá ser preso em flagrante pelo cometimento de crime inafiançável.
- b) Compete ao presidente da República, em ato indelegável, conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessária, dos órgãos instituídos em lei.
- c) O presidente da República cometerá crime de responsabilidade se praticar ato que atente contra a segurança interna do Brasil.
- d) Em caso de vacância dos cargos de presidente e de vice-presidente da República no curso do mandato, deve ser realizada nova eleição direta em até trinta dias depois da última vaga.
- e) O presidente e o vice-presidente da República não poderão ausentar-se do Brasil por mais de dez dias sem licença do Congresso Nacional, sob pena de afastamento do cargo.



Conforme o art. 85, IV, da CF/1988, “São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra a segurança interna do País”.

Letra c.

008. (2023/POLÍCIA CIVIL DO ALAGOAS/DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL) Caso o presidente da República cometa crime comum, caberá ao procurador-geral da República acusá-lo, e, uma vez oferecida por este a denúncia ao Supremo Tribunal Federal, o presidente será afastado de suas funções por 180 dias.



De acordo com o artigo 86 da Constituição Federal de 1988, o Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções. No entanto, em caso de infrações penais comuns, se o Supremo Tribunal Federal **receber a denúncia ou queixa-crime** contra o Presidente, ele ficará suspenso de suas funções.

Errado.

009. (2023/PREFEITURA DE SANTANA DA VARGEM/PROCURADOR MUNICIPAL) O Presidente da República, chefe de Estado e chefe de Governo, é escolhido de maneira democrática e com mandato de duração de quatro anos. A ele são conferidas competências privativas a seu cargo. Considerando o exposto, NÃO é de competência privativa do Presidente da República:

- a) Nomear e exonerar os Ministros de Estado.
- b) Expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos.
- c) Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos na Carta Magna de 1988.
- d) Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.



A competência listada na letra “b” não é do Presidente da República, mas sim dos Ministros de Estado, conforme o art. 87, parágrafo único, II, da CF/1988.

Letra b.

010. (2023/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO/TITULAR DE SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS – PROVIMENTO) O Presidente da República tem a intenção de conceder indulto às pessoas condenadas no Brasil pela prática de receptação culposa. Devido a compromissos internacionais que o afastarão do país pelo período de dez dias, resolveu delegar ao Procurador-Geral da República a atribuição de dispor mediante decreto, durante sua ausência, sobre o referido indulto. Considerando o fato narrado, trata-se de competência

- a) constitucionalmente delegável.
- b) privativa e, portanto, indelegável.
- c) exclusiva e, portanto, indelegável.
- d) para edição de ato normativo e, portanto, indelegável.



Conforme o art. 84, parágrafo único da CF/1988, “O Presidente da República **poderá delegar** as atribuições mencionadas nos incisos VI, **XII** e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado,

ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações”. O mencionado inciso XII refere-se à competência de “conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei”.

Letra a.

011. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DE GOIÁS/ANALISTA - ÁREA: INFORMÁTICA) É ato indelegável e de competência privativa do presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração pública federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.



O artigo 84, parágrafo único, da Constituição Federal permite a delegação de certas atribuições do Presidente da República mencionadas nos incisos VI, XII e XXV (primeira parte). Essas podem ser delegadas a Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, desde que observados os limites estabelecidos na delegação. E, conforme o artigo 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição Federal de 1988, compete privativamente ao Presidente da República dispor, por meio de decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração pública federal, desde que isso não implique em aumento de despesa, nem em criação ou extinção de órgãos públicos.

Errado.

012. (2024/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ/ANALISTA - ÁREA: ASSESSOR LEGISLATIVO) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Entre as funções atípicas de cada um dos poderes, é correto afirmar que o Poder executivo, excepcionalmente, poderá exercer a função

- a) legislativa, quando editar medida provisória.
- b) judicante, quando julgar parlamentar por crime comum praticado no exercício da função.
- c) judicante, quando participar da investigação na Comissão Parlamentar de Inquérito.
- d) administrativa, quando fizer a indicação para Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- e) legislativa, quando estender aumento de vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.



a) Certa. O Poder Executivo tem a função típica de administrar, mas, excepcionalmente, pode exercer uma função de natureza legislativa ao editar medidas provisórias, conforme previsto no artigo 62 da Constituição Federal de 1988. Essas medidas têm força de lei e

são adotadas pelo Presidente da República em casos de relevância e urgência, devendo ser posteriormente apreciadas pelo Congresso Nacional para serem convertidas em lei.

b) Errada. Julgar parlamentares por crimes comuns é uma função do Poder Judiciário, exercida pelo Supremo Tribunal Federal, e não cabe ao Executivo.

c) Errada. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) faz parte do Poder Legislativo.

d) Errada. Fazer indicações para cargos, como os de Ministros do STF, é uma função administrativa do Poder Executivo, não sendo, portanto, uma função atípica.

e) Errada. A extensão de aumento de vencimentos com base em isonomia depende de lei aprovada pelo Legislativo e não pode ser feita unilateralmente pelo Executivo.

Portanto, a única alternativa correta que exemplifica uma função atípica (legislativa) do Poder Executivo é a alternativa A.

Letra a.

013. (2024/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ/ANALISTA - ÁREA: ASSESSOR LEGISLATIVO - ADAPTADO) O Conselho da República é órgão superior de consulta do Presidente da República e o Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático. A partir do exposto e de acordo com o sistema constitucional vigente, é possível afirmar que participarão do Conselho da República os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.



Os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica não fazem parte do Conselho da República. Eles participam do Conselho de Defesa Nacional (art. 91, CF/88). Conforme o art. 89, da CF/1988, "O Conselho da República é órgão superior de consulta do Presidente da República, e dele participam: I - o Vice-Presidente da República; II - o Presidente da Câmara dos Deputados; III - o Presidente do Senado Federal; IV - os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados; V - os líderes da maioria e da minoria no Senado Federal; VI - o Ministro da Justiça; VII - seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução".

Errado.

014. (2024/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE/ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA OFICIAL DE JUSTIÇA) De acordo com o Direito Constitucional brasileiro, os Ministros de Estado serão escolhidos entre:

- a) os brasileiros maiores de dezoito anos e no exercício dos direitos políticos.
- b) os brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.
- c) os brasileiros maiores de trinta anos e no exercício dos direitos políticos.
- d) os brasileiros maiores trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos.



Conforme o art. 87, da Constituição Federal de 1988, os Ministros de Estado são escolhidos pelo Presidente da República entre brasileiros (natos ou naturalizados, salvo o Ministro da Defesa que obrigatoriamente deverá ser brasileiro nato) maiores de 21 anos e que estejam no exercício dos direitos políticos.

Letra b.

015. (2024/CÂMARA DE OLINDA – PE/TÉCNICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A Constituição Federal preconiza que o Brasil adota o sistema de governo parlamentarista, em que o Presidente da República exerce tanto a função de Chefe de Estado quanto de Chefe de Governo, liderando o Executivo e o Legislativo.



A Constituição Federal de 1988 preconiza que o Brasil adota o sistema de governo presidencialista, e não o parlamentarista. No sistema presidencialista, o Presidente da República exerce as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo. No entanto, ele lidera apenas o Poder Executivo e não o Legislativo, que é independente. Assim, no Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo são separados e independentes, conforme o princípio da separação dos poderes (art. 2º da CF/88).

Errado.

016. (2024/CÂMARA DE VENÂNCIO AIRES – RS/PROCURADOR) Conforme a Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República:

- a) Conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
- b) Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- c) Estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- d) Suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- e) Aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.



- a) Certa. Esta é uma atribuição privativa do Presidente da República, conforme o art. 84, XII, da Constituição Federal.
- b) Esta competência é do Senado Federal (art. 52, IV, CF/88).
- c) Esta competência é do Senado Federal (art. 52, IX, CF/88).
- d) Esta é uma competência do Senado Federal, não do Presidente (art. 52, X, CF/88).
- e) Esta competência é do Senado Federal (art. 52, XI, CF/88).

Letra a.

017. (2024/INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL/ANALISTA DE PLANEJAMENTO - ÁREA: GESTÃO E SUPORTE - DIREITO) É competência privativa do presidente da República conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei, podendo delegar tal atribuição ao advogado-geral da União.



De acordo com o art. 84, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988, o Presidente da República pode delegar algumas de suas atribuições aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, o que inclui a concessão de indulto e a comutação de penas (art. 84, XII, da CF/1988).

Certo.

018. (2024/INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL/ANALISTA DE PLANEJAMENTO - ÁREA: GESTÃO E SUPORTE - DIREITO) Compete ao presidente da República, na condição de chefe de Estado, proceder à autorização de guerra no caso de agressão estrangeira.



Conforme o art. 84, XIX, da Constituição Federal de 1988, compete privativamente ao Presidente da República, na condição de chefe de Estado, declarar guerra no caso de agressão estrangeira. No entanto, essa declaração depende de autorização prévia do Congresso Nacional, conforme estabelecido no art. 49, II, da CF/1988. Assim, o Presidente não tem autonomia para autorizar a guerra por conta própria, sendo necessário o aval do Congresso Nacional.

Errado.

019. (2024/INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL/ANALISTA DE PLANEJAMENTO - ÁREA: GESTÃO E SUPORTE - DIREITO) A competência privativa do presidente da República para iniciar o processo legislativo das leis ordinárias e complementares não pode ser delegada.



A competência privativa do Presidente da República para iniciar o processo legislativo em certos temas, como os relacionados a leis ordinárias e complementares que tratem de assuntos específicos previstos na Constituição Federal, não pode ser delegada (art. 84, III, da CF/1988). De acordo com o art. 61, § 1º, da Constituição Federal de 1988, cabe ao Presidente da República a iniciativa de leis que disponham, por exemplo, sobre organização administrativa, servidores públicos, criação de cargos, funções ou empregos públicos, além de outros temas de competência exclusiva. Já o art. 84, parágrafo único, permite que o Presidente delegue apenas as atribuições previstas nos incisos VI, XII e XXV (primeira parte), e nenhuma delas abrange a iniciativa legislativa. Portanto, a proposição de leis nas matérias de sua competência exclusiva é indelegável.

Certo.

020. (2024/CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DE PERNAMBUCO/SOLDADO) Para participar de evento da ONU, que será realizado em Lisboa (Portugal), foi composta uma comitiva do governo brasileiro com as seguintes autoridades: o Presidente e o Vice-Presidente da República, o Ministro da Justiça e o Presidente da Câmara dos Deputados. Nesse caso, à luz da Constituição Federal, é correto afirmar que, enquanto tais autoridades estiverem no exterior, exercerá a Presidência da República

- a) o Presidente do Senado Federal.
- b) o Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- c) o Ministro de Estado da Defesa.
- d) o Comandante do Exército.
- e) o Procurador-Geral da República.



De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu art. 80, quando o Presidente e o Vice-Presidente da República se ausentarem do país, ou em caso de impedimento, a Presidência da República será exercida, respectivamente, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, pelo Presidente do Senado Federal e, na ausência destes, pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal. No caso de uma viagem oficial do Presidente, do Vice-Presidente e do Presidente da Câmara dos Deputados ao exterior, a Presidência da República será exercida pelo Presidente do Senado Federal, conforme o citado art. 80 da Constituição Federal. Portanto, a alternativa correta é: a) o Presidente do Senado Federal.

Letra a.

021. (2024/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA) Diante do que estabelece a Constituição Federal, no caso de haver agressão estrangeira que atinja territórios de alguns Estados da Federação brasileira, caberia ao Presidente da República declarar guerra, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional.



De acordo com o art. 84, inciso XIX, da Constituição Federal de 1988, é competência privativa do Presidente da República “ declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional”. Além disso, conforme o art. 49, inciso II, do mesmo diploma, compete ao Congresso Nacional autorizar o Presidente da República a declarar guerra. Ou seja, o Congresso Nacional deve autorizar a declaração de guerra, ou ratificá-la, caso ocorra no intervalo das suas sessões. Portanto, se houver agressão estrangeira, o Presidente da República pode declarar guerra, com a autorização do Congresso Nacional, ou, se a agressão ocorrer no intervalo entre as sessões legislativas, a declaração pode ser referendada pelo Congresso. Isso está conforme a Constituição Federal no art. 84, § 1º, e art. 49, inciso II.

Certo.

022. (2024/PREFEITURA DE CAPIVARI DO SUL – RS/ADVOGADO) O Art. 90 da Constituição Federal trata da competência do Conselho da República de se manifestar sobre as seguintes situações, EXCETO:

- a) Intervenção federal.
- b) Estado de defesa.
- c) Estado de sítio.
- d) Questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.
- e) Declaração de guerra e celebração de paz.



O art. 90 da Constituição Federal trata das competências do Conselho da República, que é um órgão de consulta ao Presidente da República. Ele se manifesta sobre as seguintes situações: a) Intervenção federal; b) Estado de defesa; c) Estado de sítio; d) Questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas. No entanto, o Conselho da República não trata da declaração de guerra e celebração de paz, que são de competência do Presidente da República, nos termos do art. 84, inciso XIX, da Constituição Federal, com a autorização do Congresso Nacional, conforme o art. 49, inciso II.

Letra e.

023. (2024/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA) De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República

- a) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.
- b) autorizar referendo e convocar plebiscito.
- c) conferir condecorações e distinções honoríficas.
- d) estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.



A única alternativa que está de acordo com as competências privativas do Presidente da República é a letra C. Conforme o art. 84, inc. XXI, da CF/1988, "compete privativamente ao Presidente da República conferir condecorações e distinções honoríficas".

Letra c.

024. (2024/PREFEITURA DE SÃO LUDGERO – SC/AUXILIAR - ÁREA: ESCOLA) Em conformidade com a Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República:

- I. Nomear e exonerar os Ministros de Estado.
- II. Exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal.
- III. Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens II e III.
- d) Todos os itens.



De acordo com a Constituição Federal de 1988, as competências do Presidente da República estão previstas principalmente no art. 84. Vamos analisar os itens:

I. Nomear e exonerar os Ministros de Estado. O Art. 84, inciso I, da Constituição Federal diz que é competência privativa do Presidente da República nomear e exonerar os Ministros de Estado, portanto, esse item está correto.

II. Exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal. O Art. 84, inciso II, da CF/1988, estabelece que é competência privativa do Presidente da República exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal, o que também está correto.

III. Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. O Art. 84, inciso III, da CF/1988, estabelece que é competência privativa do Presidente da República iniciar o processo legislativo, conforme os casos previstos na Constituição, o que também está correto.

Letra d.

025. (2024/PREFEITURA DE DOMINGOS MARTINS – ES/FISCAL DE POSTURAS) Órgãos são centros unidades abstratas de atuação que integram a administração direta e indireta. Tanto a criação quanto a extinção de órgão público necessitam ocorrer por meio de lei. No entanto, a Constituição Federal permite que a organização e funcionamento interno seja feito mediante decreto caso haja previsão de

- a) estabelecimento de definições de funções públicas.
- b) criação ou extinção de órgãos públicos.
- c) aumento de despesa em setor estratégico.
- d) extinção de cargos públicos, quando vagos.



De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu art. 84, VI, a, o Presidente da República pode, mediante decreto, organizar e dar funcionamento interno aos órgãos da administração pública federal, desde que não implique aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos. Além disso, a extinção de cargos públicos, quando vagos, pode ser feita por meio de decreto, conforme estabelecido na Constituição Federal (art. 84, VI, b), sem necessidade de criação de lei. Portanto, a criação ou extinção de órgãos públicos não pode ser feita apenas por decreto, mas sim por meio de lei. Já a extinção de cargos públicos vagos é uma exceção que pode ser feita por decreto.

Letra d.

026. (2024/PREFEITURA DE SERRA DA RAIZ – PB/ASSISTENTE SOCIAL) De acordo com a Constituição Federal de 1988 é CORRETO afirmar que Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros no exercício dos direitos políticos e maiores de:

- a) trinta anos.
- b) vinte e cinco anos.
- c) trinta e cinco anos.
- d) vinte e um anos.
- e) dezoito anos.



Conforme prevê o art. 87, da CF/1988, “Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos”.

Letra d.

027. (2024/PREFEITURA DE SERRA DA RAIZ – PB/ASSISTENTE SOCIAL) O órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático é denominado pela Constituição Federal de 1988 como:

- a) Conselho Nacional de Justiça.
- b) Conselho de Defesa Nacional.
- c) Conselho Fiscal.
- d) Conselho de Segurança.
- e) Conselho Liberal.



De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Conselho de Defesa Nacional é o órgão de consulta do Presidente da República em assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático (art. 91, “caput”). À luz do § 1º do art. 91, da CF/1988, “Compete ao Conselho de Defesa Nacional: I – opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração da paz, nos termos desta Constituição; II – opinar sobre a decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal; III – propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo; IV – estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático”. Importante mencionar que o Conselho Nacional de Justiça (A) é um órgão de controle interno do Poder Judiciário, não relacionado com defesa nacional, enquanto os outros conselhos mencionados nas alternativas (C, D, E) não existem na Constituição com essas denominações ou funções.

Letra b.

028. (2024/CÂMARA DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO – PE/ANALISTA LEGISLATIVO) Os Ministros de Estado, nomeados pelo Presidente da República, desempenham funções executivas e são responsáveis pela condução de políticas específicas de suas respectivas pastas, contribuindo para a efetividade das ações governamentais.



Os Ministros de Estado são nomeados pelo Presidente da República e têm a responsabilidade de coordenar e gerir as políticas e as ações do Executivo em áreas específicas, como saúde, educação, segurança, finanças, entre outras. Eles desempenham funções executivas, ajudando o Presidente da República na direção da administração pública federal. A Constituição Federal de 1988, no art. 87, “caput”, estabelece que “os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos”. Por seu turno, o parágrafo único do art. 87 da CF/1988 prevê que “compete ao Ministro de Estado, além de outras atribuições estabelecidas nesta Constituição e na lei: I – exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência e referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República; II – expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos; III – apresentar ao Presidente da República relatório anual de sua gestão no Ministério; IV – praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Presidente da República”. Portanto, os Ministros de Estado são peças-chave para a efetividade das ações do governo, pois executam as diretrizes estabelecidas pelo Presidente e colaboram diretamente na administração pública federal.

Certo.

029. (2024/CÂMARA DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO – PE/ANALISTA LEGISLATIVO) O Conselho de Defesa Nacional (CDN) é um órgão de consulta do Presidente da República em assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do estado democrático. Entre suas competências, estão opinar sobre a declaração de guerra, celebração da paz, estado de defesa, estado de sítio e intervenção federal.



O Conselho de Defesa Nacional (CDN) é, de fato, um órgão de consulta do Presidente da República em assuntos relativos à soberania nacional e à defesa do Estado democrático, conforme previsto no art. 91, “caput”, da Constituição Federal de 1988. Entre as competências do CDN, destacam-se (art. 91, § 1º, da CF/1988): I – opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração da paz, nos termos desta Constituição; II – opinar sobre a decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal; III – propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo; IV – estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático”.

Certo.

030. (2024/CÂMARA DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO – PE/ANALISTA LEGISLATIVO) O Conselho de Defesa Nacional é responsável por tomar decisões finais em assuntos de defesa nacional e tem autoridade para implementar políticas de defesa sem a aprovação do Presidente da República.



O Conselho de Defesa Nacional (CDN) é um órgão consultivo do Presidente da República em questões de defesa nacional e soberania, mas ele não possui autoridade para tomar decisões finais ou implementar políticas de defesa. Sua função é apenas de aconselhamento; ele emite pareceres e propõe diretrizes, mas a decisão final e a implementação de políticas de defesa cabem ao Presidente da República, que é o chefe de Estado e de governo com autoridade para tais ações. Conforme o art. 91, § 1º, da Constituição Federal de 1988, as competências do CDN incluem: I – opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração da paz, nos termos desta Constituição; II – opinar sobre a decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal; III – propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo; IV – estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático.

Errado.

031. (2024/CÂMARA DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO – PE/ANALISTA LEGISLATIVO) O Presidente da República, embora chefe do Poder Executivo, não possui a prerrogativa de nomear e exonerar ministros de Estado, sendo essa uma competência exclusiva do Congresso Nacional, visando garantir a independência entre os poderes.



Segundo a Constituição Federal de 1988, a prerrogativa de nomear e exonerar os Ministros de Estado é privativa do Presidente da República. Isso está disposto no artigo 84, inciso I, que estabelece que essa é uma competência exclusiva do chefe do Poder Executivo, sem necessidade de aprovação do Congresso Nacional para essas ações. Essa autonomia do Presidente em relação à escolha e exoneração de seus Ministros visa assegurar a coerência e unidade na condução da administração federal, permitindo que ele possa escolher pessoas de sua confiança para implementar as políticas de governo.

Errado.

032. (2024/PREFEITURA DE CRUZALTENSE – RS/PROCURADOR GERAL) Em que casos o Presidente ficará suspenso de suas funções?

- a) Nos crimes de responsabilidade, porém somente após a autorização de 2/3 dos Governadores.
- b) Nos crimes de responsabilidade, após a instauração de processo pela Câmara dos Deputados e submissão ao Senado Federal.
- c) Nas infrações penais comuns, se autorizado pela Câmara dos Deputados.
- d) Nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.
- e) Nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia pelo Senado Federal.



De acordo com o art. 86, § 1º, da Constituição Federal de 1988, o Presidente da República ficará suspenso de suas funções: 1) **nas infrações penais comuns**: se a acusação for admitida por dois terços da Câmara dos Deputados, o processo segue para o Supremo Tribunal Federal (STF), que decidirá sobre o recebimento da denúncia ou queixa-crime. Se o STF receber a denúncia, o Presidente será suspenso de suas funções; 2) **nos crimes de responsabilidade**: após a instauração do processo pelo Senado Federal, também mediante autorização de dois terços da Câmara dos Deputados.

Letra d.

033. (2023/PREFEITURA DE LIMEIRA – PROCURADOR JURÍDICO) Entre os órgãos de aconselhamento do Poder Executivo, está o Conselho da República. Em relação à sua composição, assinale a alternativa correta.

- a) Participa do Conselho da República o Presidente da Câmara dos Deputados, mas não o Ministro da Justiça.
- b) Integra o Conselho o Presidente do Senado Federal, mas não o Vice-Presidente da República.
- c) O Conselho é integrado por seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo três eleitos pelo Senado Federal e três eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução.
- d) O Ministro das Relações Exteriores integra o Conselho da República.
- e) O Ministro do Planejamento não integra o Conselho da República, ao contrário dos líderes da maioria e da minoria do Senado Federal, que o integram.



A composição do Conselho da República está definida no art. 89 da Constituição Federal de 1988. Ele é composto por: I – o Vice-Presidente da República; II – o Presidente da Câmara dos Deputados; III – o Presidente do Senado Federal; IV – os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados; V – os líderes da maioria e da minoria no Senado Federal; VI – o

Ministro da Justiça; VII - seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução.

Letra e.

034. (2023/MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ/PROMOTOR SUBSTITUTO) De acordo com o texto constitucional, o Presidente ficará suspenso de suas funções quando (assinale a alternativa correta):

- a) nas infrações penais comuns, após o oferecimento da denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) nos crimes de responsabilidade após a instauração de processo pela Câmara dos Deputados e submissão ao Senado Federal.
- c) nos crimes comuns após a submissão à Câmara dos Deputados e determinação de seu afastamento.
- d) nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.
- e) nos crimes de responsabilidade, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.



De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Presidente da República ficará suspenso de suas funções em situações específicas: 1) nos crimes de responsabilidade: a suspensão ocorre após a instauração do processo pelo Senado Federal, conforme o art. 86, § 1º, inciso II, da CF/88; 2) nas infrações penais comuns: o Presidente ficará suspenso de suas funções se o Supremo Tribunal Federal receber a denúncia ou queixa-crime, após a devida autorização da Câmara dos Deputados (art. 86, § 1º, inciso I, da CF/88).

Letra d.

035. (2023/CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO/ANALISTA ADMINISTRATIVO) O presidente da República poderá extinguir funções ou cargos públicos, quando estiverem vagos.



Conforme o art. 84, inciso VI, alínea "b", da Constituição Federal de 1988, compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos. Essa possibilidade permite que o Presidente possa, por decreto, extinguir cargos que não estejam ocupados, sem necessidade de autorização legislativa. Essa regra facilita a reestruturação administrativa e a redução de

cargos desnecessários, desde que estejam vagos, preservando a autonomia do Executivo na organização interna da administração pública.

Certo.

036. (2023/PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO – RJ/AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE) A respeito das atribuições do Poder Executivo, analise as afirmativas a seguir.

I. O Presidente da República poderá delegar aos Ministros de Estado a competência para extinguir cargos públicos federais.

II. Compete ao Chefe do Poder Executivo Federal sancionar e publicar as leis, ficando a cargo do Poder Legislativo a sua promulgação.

III. A nomeação do Procurador-Geral da República tem como critério único a indicação do Presidente da República.

IV. O Advogado-Geral da União poderá, por meio de delegação do Presidente da República, conceder indulto e comutar penas.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II, III e IV.
- b) IV, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.



Analisando cada afirmativa:

I. Incorreta. O Presidente da República não pode delegar a competência para extinguir cargos públicos em geral, somente se estiverem vagos, conforme estabelece no art. 84, VI, “b”, combinado com o seu parágrafo único, da Constituição Federal.

II. Incorreta. Compete ao Chefe do Poder Executivo sancionar, promulgar e publicar as leis (art. 84, IV, CF/88). A sanção, promulgação e publicação de uma lei são etapas que envolvem o Poder Executivo, enquanto o Poder Legislativo participa na sua elaboração e aprovação.

III. Incorreta. A nomeação do Procurador-Geral da República depende não apenas da indicação pelo Presidente da República, mas também da aprovação pelo Senado Federal por maioria absoluta (art. 84, XIV, CF/88).

IV. Correta. O Presidente da República pode delegar ao Advogado-Geral da União a competência para conceder indulto e comutar penas, conforme disposto no art. 84, XII, e seu parágrafo único, da CF/88.

Letra b.

- 037.** (2023/POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO/DELEGADO DE POLÍCIA) Considere que Luísa tem 22 anos, é advogada recém-formada e gostaria de ser Ministra da Casa Civil. Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que
- a) precisa estar no exercício dos direitos políticos e, se ocupar o cargo desejado, deve apresentar ao Presidente da República relatório anual de sua gestão no Ministério.
 - b) não preenche todos os requisitos para ocupar o cargo desejado, pois apenas pode ser indicado(a) como Ministra(o) de Estado quem tem mais de 35 anos.
 - c) preenche todos os requisitos constitucionais, mas atualmente é impedida de expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos.
 - d) não preenche os requisitos exigidos, pois não é formada em Administração e não tem 35 anos.
 - e) precisa estar filiada a algum partido político para tomar posse no cargo de Ministra da Casa Civil.



Conforme o art. 87, “caput”, da Constituição Federal, “os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos. Ademais, o art. 87, parágrafo único, III, da CF/88, prevê que os Ministros de Estado são responsáveis por apresentar ao Presidente da República relatório anual de sua gestão, o que se aplicaria a Luísa, caso fosse Ministra da Casa Civil.

Letra a.

- 038.** (2023/POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO/DELEGADO DE POLÍCIA) Assinale a alternativa que corretamente contempla um dos integrantes do Conselho de Defesa Nacional e uma das suas competências Constitucionais.
- a) Ministro das Relações Exteriores e as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.
 - b) Líderes da maioria e da minoria no Senado Federal e propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso.
 - c) Ministro do Planejamento e estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático.
 - d) Presidente da Câmara dos Deputados e as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.
 - e) Líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração da paz.



Conforme o art. 91, “caput”, da CF/1988, “o Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, e dele participam como membros natos: I - o Vice-Presidente da República; II - o Presidente da Câmara dos Deputados; III - o Presidente do Senado Federal; IV - o Ministro da Justiça; V - o Ministro de Estado da Defesa; VI - o Ministro das Relações Exteriores; VII - o Ministro do Planejamento; VIII - os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica”.

Letra c.

039. (2023/FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO/CARGO/ESPECIALISTA EM FINANCIAMENTO) Quando se tratar de crime de responsabilidade, o presidente da República ficará suspenso de suas funções após ser admitida a instauração do processo de acusação pela Câmara dos Deputados.



Nos casos de crime de responsabilidade, o Presidente da República fica suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo Senado Federal, e não após a admissibilidade pela Câmara dos Deputados. A Constituição Federal, em seu art. 86, § 1º, II, determina que, nos crimes de responsabilidade, o Presidente somente será afastado após o Senado Federal instaurar o processo. Já a Câmara dos Deputados é responsável apenas por autorizar a instauração do processo, mediante votação de 2/3 dos seus membros, mas o afastamento temporário só ocorre quando o Senado dá início ao julgamento.

Errado.

040. (2023/PREFEITURA DE RIO CLARO – SP/PROCURADOR JUDICIAL) Na hipótese de o Presidente da República, na vigência de seu mandato, cometer ato estranho ao exercício de suas funções que se consubstanciou em crime, é correto afirmar, de acordo com a Constituição Federal de 1988, que:

- a) Como se trata de fato estranho ao exercício da função, o Presidente da República não poderá ser criminalmente processado durante a vigência de seu mandato, em razão de imunidade temporária.
- b) O Presidente da República será imediatamente suspenso de suas funções por até 180 dias, se recebida a denúncia pelo Senado Federal.
- c) O Presidente da República será imediatamente suspenso de suas funções se a acusação for admitida pelo Supremo Tribunal Federal.

d) O Presidente da República será imediatamente suspenso de suas funções por até 280 dias, se recebida a denúncia pelo Senado Federal.

e) A Constituição Federal de 1988 não trata sobre a responsabilidade do Presidente da República.



A Constituição Federal de 1988, em seu art. 86, § 4º, prevê que o Presidente da República não será responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções enquanto durar o mandato. Essa disposição estabelece uma imunidade temporária que impede o Presidente de ser processado criminalmente por atos que não estejam relacionados com o exercício de seu cargo, até o término do mandato. Essa imunidade visa assegurar a continuidade das funções presidenciais, protegendo o chefe de Estado de eventuais interferências judiciais relativas a fatos alheios às responsabilidades da Presidência.

Letra a.

041. (2023/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL/PROFESSOR - ÁREA DIREITO) Compete privativamente ao presidente da República dispor, mediante decreto, acerca da organização e do funcionamento da administração federal, quando implicar aumento de despesa, bem como necessitar de criação ou extinção de órgãos públicos.



De acordo com a Constituição Federal, em seu art. 84, VI, não é permitido ao Presidente da República dispor por decreto sobre organização e funcionamento da administração pública federal quando houver aumento de despesa ou quando se tratar de criação ou extinção de órgãos públicos. Nesses casos, é necessária a edição de uma lei para que tais alterações possam ser realizadas. A competência do Presidente da República para dispor por decreto restringe-se a questões de organização e funcionamento que não impliquem aumento de despesa nem envolvam a criação ou extinção de órgãos públicos.

Errado.

042. (2023/CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO – MG/AGENTE FISCAL) O Presidente da República exerce internamente a função de Chefe do Governo Federal, sendo eleito pelo sistema majoritário para um mandato de quatro anos, suscetível de uma recondução. São consideradas competências constitucionais privativas do Presidente da República:

a) A celebração de tratados internacionais e a concessão de indulto.

b) A deliberação, mediante lei, sobre a extinção de funções ou cargos públicos vagos.

- c) A nomeação dos Procuradores-Gerais dos Estados e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- d) A iniciativa de projeto de lei que altere a organização judiciária e a decretação de intervenção estadual.



Compete privativamente ao Presidente da República, entre outras, a celebração de tratados internacionais (art. 84, VIII, CF/1988), que devem ser aprovados pelo Congresso Nacional para serem ratificados, e a concessão de indulto (art. 84, XII, CF/1988).

Letra a.

043. (2023/TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL/ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO) O texto constitucional atribui ao presidente da República imunidade material, garantindo sua inviolabilidade no que se refere às palavras e opiniões expressas.



A Constituição Federal não confere ao Presidente da República imunidade material, que é uma garantia de inviolabilidade em relação a palavras e opiniões, típica dos parlamentares (Deputados e Senadores), conforme o art. 53 da CF/1988. O Presidente da República possui uma imunidade temporária (formal) relativa a atos estranhos ao exercício de suas funções, ou seja, ele não pode ser responsabilizado penalmente por fatos que não estejam relacionados com o exercício do cargo enquanto estiver no mandato, conforme previsto na Constituição Federal (art. 86, § 4º). Portanto, a proteção conferida ao Presidente é distinta e não abrange a mesma inviolabilidade por palavras e opiniões concedida aos membros do Congresso Nacional.

Errado.

044. (2023/PREFEITURA DE SÃO PAULO/ANALISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL) Considere que faltando exatamente 1 ano e 11 meses para o fim do mandato, os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República vagaram simultaneamente. Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que

a) como faltam menos de dois anos para o fim do mandato, o presidente da Câmara dos Deputados deverá ocupar o cargo de Presidente da República até a realização das eleições gerais.

b) far-se-á eleição noventa dias depois da declaração de vacância dos cargos.

c) uma vez realizada nova eleição, os eleitos deverão governar por quatro anos.

d) a eleição para ambos os cargos será feita quinze dias depois da última vaga, pelo Senado.

e) a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional.



Conforme o art. 81, § 1º, da Constituição Federal, na hipótese de vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República nos dois últimos anos do mandato, será realizada uma eleição indireta pelo Congresso Nacional no prazo de trinta dias após a declaração da última vaga. Os eleitos completarão o período restante do mandato, e não terão um mandato de quatro anos, como ocorre em eleições regulares.

Letra e.

045. (2023/CÂMARA DE AGUDO – RS/TÉCNICO EM INFORMÁTICA) O Conselho da República, órgão superior de consulta do Presidente da República, tem como atribuições pronunciar-se sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio, bem como sobre questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas. Compõem o referido conselho, EXCETO:

- a) Comandante Geral do Exército.
- b) Ministro da Justiça.
- c) Vice-Presidente da República.
- d) Presidente da Câmara dos Deputados.
- e) Presidente do Senado Federal.



De acordo com o art. 89 da Constituição Federal de 1988, o Conselho da República é composto pelos seguintes membros: Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal, líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados, líderes da maioria e da minoria no Senado Federal, Ministro da Justiça e seis cidadãos brasileiros natos, com mais de 35 anos de idade (sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal, e dois eleitos pela Câmara dos Deputados). Portanto, o Comandante Geral do Exército não faz parte do Conselho da República.

Letra a.

046. (2023/PREFEITURA DE FAXINAL DO SOTURNO – RS/PSICOPEDAGOGO) Nos termos da Constituição Federal do Brasil, o Presidente da República e os Governadores dos Estados serão eleitos, juntamente de seus vices, para cumprir mandato de quatro anos, e tomarão posse, respectivamente, nos dias:

- a) 1º e 02 de janeiro do ano seguinte ao de sua eleição.
- b) Ambos no dia 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua eleição.
- c) Ambos no dia 1º de fevereiro do ano seguinte ao de sua eleição.
- d) 05 e 06 de janeiro do ano seguinte ao de sua eleição.
- e) 05 e 06 de fevereiro do ano seguinte ao de sua eleição.



De acordo com a Constituição Federal de 1988: 1) o Presidente da República e o Vice-Presidente tomam posse no dia 5 de janeiro do ano seguinte à eleição (art. 82); 2) os Governadores de Estado e seus Vices tomam posse no dia 6 de janeiro do ano seguinte à eleição, conforme estipulado pelo art. 28, "caput", da CF/1988

Letra d.

047. (2023/PREFEITURA DE ARARAQUARA/ANALISTA - ÁREA: PROCURADORIA) O art. 84, da Constituição Federal de 1988 trata das competências privativas do Presidente da República. A este respeito, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O Presidente da República não possui a prerrogativa de nomear e exonerar Ministros de Estado, sendo essa atribuição exclusiva do Congresso Nacional.
- b) Ao Presidente da República compete privativamente iniciar o processo legislativo e sancionar leis, sem a possibilidade de veto.
- c) O Presidente da República é responsável por exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear seus comandantes e promover oficiais-generais.
- d) É atribuição do Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sem a necessidade de referendo do Congresso Nacional.



Vamos analisar as alternativas:

- a) Errada. O Presidente da República possui a prerrogativa de nomear e exonerar Ministros de Estado. Conforme o inciso I do art. 84, e não é atribuição do Congresso Nacional.
- b) Errada. O Presidente da República pode vetar projetos de lei (art. 66), ou seja, ele pode sancionar ou vetar as leis, sendo o veto passível de revisão pelo Congresso Nacional.
- c) Certa. O art. 84 da Constituição Federal de 1988 detalha as competências privativas do Presidente da República. Dentre essas competências, está a de exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear seus comandantes e promover oficiais-generais, conforme o inciso XIII do artigo 84.
- d) Errada. O Presidente da República pode celebrar tratados, convenções e atos internacionais, mas é necessário referendo do Congresso Nacional, conforme o art. 84, VIII, da CF/1988.

Letra c.

048. (2023/DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS/ANALISTA - ÁREA JURÍDICO) Com relação à organização do Estado e dos Poderes, nos termos do que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

- a) Admitida a acusação contra o presidente da República, por 3/5 da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- b) Compete privativamente ao presidente da República sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.
- c) Compete privativamente ao presidente da República exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal.
- d) São crimes de responsabilidade os atos do presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação.
- e) São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra a probidade na administração, a lei orçamentária e o cumprimento das leis e das decisões judiciais.



De acordo com a Constituição Federal, a acusação contra o Presidente da República em casos de infrações penais comuns ou crimes de responsabilidade deve ser admitida por 2/3 dos membros da Câmara dos Deputados (art. 86, caput, CF/88). Após essa aprovação, o Presidente será submetido a julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) para infrações penais comuns ou no Senado Federal para crimes de responsabilidade.

Letra a.

049. (2023/CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE COSTA OESTE DO PARANÁ/ASSESSOR JURÍDICO) Os crimes de responsabilidade do Presidente da República são uma categoria específica de infrações políticas e administrativas que podem levar à destituição do chefe do Poder Executivo Federal. Esses crimes estão previstos na Constituição Federal, precisamente no art. 85, e na Lei n. 1.079/1950, que regula o processo de impeachment no país. Em relação aos crimes de responsabilidade do Presidente da República, de acordo com o art. 85, da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) O Presidente da República pode ser responsabilizado por atos que atentem contra a existência da União, mas não por atos que atinjam a probidade na administração.
- b) Atos que atentem contra o livre exercício do Poder Legislativo e do Poder Judiciário são considerados crimes de responsabilidade, mas não aqueles que afetem o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

- c) Crimes de responsabilidade não envolvem o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais, uma vez que esses são considerados delitos comuns.
- d) A segurança interna do país é um dos objetos de proteção dos crimes de responsabilidade do Presidente da República.



- a) Errada. O Presidente da República pode, sim, ser responsabilizado por atos que atentem contra a probidade na administração (art. 85, V, CF/88), além de outros como a existência da União.
- b) Errada. Além dos atos que atentem contra o livre exercício dos Poderes Legislativo e Judiciário (art. 85, II, da CF/1988), também são considerados crimes de responsabilidade atos que afetem o cumprimento das leis e das decisões judiciais (art. 85, VII, CF/88).
- c) Errada. O art. 85, III, CF/88, inclui, entre os crimes de responsabilidade, atos que atentem contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais, o que mostra que tais atos podem ser considerados crimes de responsabilidade e não apenas delitos comuns.
- d) Certa. O art. 85 da Constituição Federal estabelece que são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal, especialmente quando comprometem, entre outros, a segurança interna do país.

Letra d.

050. (2023/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS/TITULAR DE SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS – PROVIMENTO) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.



Segundo o art. 86, caput, da Constituição Federal de 1988, para que o Presidente da República seja submetido a julgamento, seja por crimes comuns ou por crimes de responsabilidade, a admissão da acusação pela Câmara dos Deputados deve ser aprovada por dois terços de seus membros, e não por maioria absoluta. Assim, o procedimento correto é: a) crimes comuns: se a acusação for admitida por dois terços dos membros da Câmara dos Deputados, o Presidente será submetido a julgamento pelo Supremo Tribunal Federal; b) crimes de responsabilidade: caso a Câmara dos Deputados admita a acusação com a aprovação de dois terços dos seus membros, o julgamento será realizado pelo Senado Federal.

Errado.

051. (2023/SEPLAN-RR/ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO/ESPECIALIDADE: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO) Nos casos de crimes de responsabilidade, admitida a acusação contra o presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.



Conforme o “caput” do art. 86 da CF/1988, “admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, **ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade**”.

Errado.

052. (2023/SEPLAN-RR/ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO/ESPECIALIDADE: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO) É crime de responsabilidade ato do presidente da República que atente contra o cumprimento de decisão judicial.



Segundo o art. 85, da CF/1988, “são **crimes de responsabilidade** os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra: I – a existência da União; II – o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação; III – o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; IV – a segurança interna do País; V – a probidade na administração; VI – a lei orçamentária; **VII – o cumprimento das leis e das decisões judiciais**”.

Certo.

053. (2022/FACELI/CONTADOR) A Câmara dos Deputados poderá autorizar a instauração de processo contra o Presidente da República, desde que pela proporção mínima de seus membros de:

- a) dois terços.
- b) um terço.
- c) um sexto.
- d) dois sextos.
- e) dois quintos.



À luz do “caput” do art. 86 da CF/1988, “admitida a acusação contra o Presidente da República, por **dois terços da Câmara dos Deputados**, será ele submetido a julgamento

perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade”.

Letra a.

054. (2022/PGM RECIFE-PE/PROCURADOR JUDICIAL MUNICIPAL) Determinado presidente da República praticou ato que atenta contra a Constituição Federal de 1988 (CF) e contra a lei orçamentária. Nessa situação hipotética, caso a acusação contra esse presidente seja admitida

- a) por um terço dos membros da Câmara dos Deputados, ele será submetido a julgamento junto ao Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- b) por um terço dos membros da Câmara dos Deputados, ele será submetido a julgamento junto ao Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade, ou perante o Senado Federal, nas infrações penais comuns.
- c) por dois terços dos membros da Câmara dos Deputados, ele será submetido a julgamento junto ao Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- d) por dois terços dos membros do Senado Federal, ele será submetido a julgamento junto ao Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade, ou perante a Câmara dos Deputados, nas infrações penais comuns.
- e) por dois terços dos membros do Senado Federal, ele será submetido a julgamento junto ao Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante a Câmara dos Deputados, nos crimes de responsabilidade.



É o que estabelece o já transcrito art. 86, “caput”, da CF/1988.

Letra c.

055. (2022/TRT-17ª REGIÃO/ES/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) De acordo com a Constituição Federal, o Presidente da República, no caso de ser regularmente admitida acusação contra ele por crime contra o cumprimento das decisões judiciais, praticado no exercício de suas funções,

- a) estará sujeito à prisão, desde o recebimento da denúncia pelo Supremo Tribunal Federal, por se tratar de hipótese de crime de responsabilidade.
- b) ficará suspenso de suas funções se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal, perante o qual será julgado.

- c) não estará sujeito à prisão somente enquanto não sobrevier sentença condenatória, por se tratar de hipótese de infração penal comum.
- d) não poderá ficar suspenso de suas funções antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- e) ficará suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo Senado Federal, perante o qual será submetido a julgamento.



Segundo o art. 86, § 1º, da CF/1988, “o Presidente ficará suspenso de suas funções: I - nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal; II - **nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal**”.

Letra e.

056. (2022/PC-GO/AGENTE DE POLÍCIA) Segundo a Constituição Federal, nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República ficará suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo(a)

- a) Supremo Tribunal Federal.
- b) Senado Federal.
- c) Câmara dos Deputados.
- d) Tribunal de Contas da União.
- e) Ministério Público Federal.



É o que prevê o citado art. 86, § 1º, II, da CF/1988.

Letra b.

057. (2022/IPREV/ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO II) Cabe privativamente ao Presidente da República:

- a) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Presidente e diretores do banco central.
- b) resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- c) a alteração da organização e da divisão judiciária.
- d) enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos.

e) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.



É o que diz o art. 84, XXIII, da CF/1988. As demais alternativas não são de competência do Presidente da República.

Letra d.

058. (2022/PREFEITURA DE BARREIRAS-BA/GUARDA CIVIL MUNICIPAL) Com relação à organização dos poderes do Estado, assinale a alternativa correta.

- a) O presidente da República é a autoridade competente para sancionar ou vetar as emendas à CF.
- b) O presidente da República, na vigência do mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
- c) A competência do presidente para conceder indulto e comutar penas é indelegável.
- d) Os atos do presidente da República contra a probidade na Administração configuram crime de responsabilidade, devendo ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal.



Conforme o art. 86, § 4º, da CF/1988, “o Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções”.

Letra b.

059. (2022/DETRAN-DF/TÉCNICO EM ATIVIDADES DE TRÂNSITO) De acordo com as disposições constitucionais sobre o Poder Executivo, assinale a alternativa correta.

- a) A eleição do Vice-Presidente dependerá de voto nominal nas eleições, separadamente à eleição do Presidente da República
- b) Será considerado eleito Presidente em primeiro turno o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, computados os em branco e os nulos
- c) Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, haverá posse tácita
- d) O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado



De acordo com o art. 76, da CF/1988, “o Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado”.

Letra d.

060. (2022/ANP/REGULADOR DE NOVAS ATRIBUIÇÕES I/CARGO 4) Compete ao ministro de Estado, entre outras atribuições, exercer a orientação dos órgãos e das entidades da administração federal na área de sua competência e expedir instruções para a execução das leis.



Segundo o art. 87, parágrafo único, da CF/1988, “compete ao Ministro de Estado, além de outras atribuições estabelecidas nesta Constituição e na lei: **I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência** e referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República; **II - expedir instruções para a execução das leis**, decretos e regulamentos; III - apresentar ao Presidente da República relatório anual de sua gestão no Ministério; IV - praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Presidente da República”.

Certo.

061. (2022/TRT-8ª REGIÃO/PA E AP/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) A Constituição Federal prevê a possibilidade de que o presidente da República proveja e extinga os cargos públicos federais. Acerca dessa prerrogativa, tal competência é

- a) privativa do presidente da República, não podendo haver delegação.
- b) exclusiva do presidente da República, podendo haver delegação apenas para extinguir os cargos.
- c) exclusiva do presidente da República, não podendo haver delegação.
- d) privativa do presidente da República, podendo haver delegação para prover e extinguir os cargos.
- e) privativa do presidente da República, podendo haver delegação apenas para prover os cargos.



Conforme o art. 84, XXV, da CF/1988, “compete **privativamente ao Presidente da República prover e extinguir os cargos públicos federais**, na forma da lei”. A competência de prover os cargos públicos federais é delegável, conforme estabelece o parágrafo único deste art. 84, que diz que “o Presidente da República **poderá delegar** as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e **XXV, primeira parte**, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações”.

Letra e.

- 062.** (2022/DPE-MT/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Em matéria de incorporação de tratados internacionais de proteção de direitos humanos no Brasil, segundo disposição expressa da Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República
- a) celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
 - b) sancionar tratados, convenções e atos internacionais promulgados pelo Congresso Nacional.
 - c) aprovar tratados, convenções ou outros atos internacionais ratificados por Decreto Legislativo.
 - d) propor ao Congresso Nacional a ratificação de tratados, atos e convenções cuja assinatura é de interesse do Governo brasileiro.
 - e) negociar, aprovar, assinar e ratificar tratados, convenções e atos internacionais mediante prévia autorização do Senado Federal.



À luz do art. 84, VIII, da CF/1988, “compete privativamente ao Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional”.

Letra a.

- 063.** (2022/CRP 9ª REGIÃO/GO E TO/ANALISTA ADMINISTRATIVO) O presidente da República exerce a função de chefe de Estado, enquanto a função de chefe de governo é ocupada pelo vice-presidente da República.



No Brasil, o Presidente da República acumula as funções de chefe de Estado e de chefe de Governo, em razão da adoção do sistema presidencialista de governo.

Errado.

- 064.** (2022/CRP 9ª REGIÃO/GO E TO/ANALISTA ADMINISTRATIVO) A nomeação dos ministros de Estado compete ao presidente da República, que, no entanto, somente os poderá exonerar após a aprovação da medida pelo Senado Federal.



Segundo o art. 84, I, da CF/1988, “compete privativamente ao Presidente da República **nomear e exonerar os Ministros de Estado**”.

Errado.

065. (2022/CRP 9ª REGIÃO/GO E TO/ANALISTA ADMINISTRATIVO) Os ministros de Estado são auxiliares do presidente da República na direção superior da Administração Federal.



Segundo o art. 84, II, da CF/1988, “compete privativamente ao Presidente da República exercer, **com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal**”.

Certo.

066. (2022/CRP 9ª REGIÃO/GO E TO/ANALISTA ADMINISTRATIVO) No caso de impedimento ou ausência do presidente e do vice-presidente da República, serão sucessivamente chamados ao exercício do cargo o presidente da Câmara dos Deputados, o presidente do Senado Federal e o governador do Distrito Federal, conforme previsto na Constituição Federal de 1988.



Conforme o art. 80, da CF/1988, “em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, **serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal**”.

Errado.

067. (2022/CRP 9ª REGIÃO/GO E TO/ANALISTA ADMINISTRATIVO) O presidente da República é eleito para um mandato de quatro anos, se obtiver a maioria absoluta dos votos, computados os brancos e os nulos.



De acordo com o art. 77, § 2º, da CF/1988, “será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, **não computados os em branco e os nulos**”.

Errado.

068. (2022/MC/ATIVIDADES TÉCNICAS DE SUPORTE/CARGO 3) Caso a Câmara dos Deputados admita acusação contra o presidente da República por crime de homicídio simples, o julgamento será realizado perante o Senado Federal.



Pelo cometimento de infração penal comum, admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento **perante o Supremo Tribunal Federal**, de acordo com o art. 86, "caput", da CF/1988".

Errado.

069. (2022/CRT-04/ASSISTENTE JURÍDICO) Quando edita uma medida provisória, o presidente da República está atuando atipicamente, visto que sua função principal é administrar.



Quando edita uma medida provisória, o Presidente da República exerce atipicamente a função legislativa.

Certo.

070. (2022/AGERGS/TÉCNICO SUPERIOR ADVOGADO) O Conselho da República, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, é órgão superior de consulta do Presidente da República, e dele participa, como membro nato, o:

- a) Ministro de Estado da Defesa.
- b) Ministro das Relações Exteriores.
- c) Ministro do Planejamento.
- d) Comandante da Marinha.
- e) Ministro da Justiça.



De acordo com o art. 89, da CF/1988, "o Conselho da República é órgão superior de consulta do Presidente da República, e dele participam: I - o Vice-Presidente da República; II - o Presidente da Câmara dos Deputados; III - o Presidente do Senado Federal; IV - os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados; V - os líderes da maioria e da minoria no Senado Federal; VI - **o Ministro da Justiça**; VII - seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução".

Letra e.

071. (2022/CRC-PR/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) O presidente e o vice-presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.



Segundo o art. 83, da CF/1988, “O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo”.

Certo.

072. (2022/TCE-RJ/TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO) Caso o presidente da República faleça no início do terceiro ano do mandato e, por conta disso, o vice-presidente renuncie ao cargo logo em seguida, deverá ser organizada nova eleição direta em até noventa dias depois de aberta a última vaga.



De acordo com o art. 81, § 1º, da CF/1988, “ocorrendo a vacância [dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República] **nos últimos dois anos do período presidencial**, a eleição para ambos os cargos será feita **trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional**, na forma da lei”.

Errado.

Abra



caminhos



crie

futuros

gran.com.br

